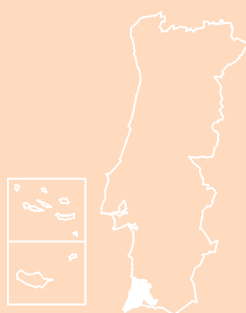


Em Destaque

Ordenamento dos territórios rurais



João Lima



Vicentina
Sudoeste

P 12 Um fim-de-semana no Sudoeste

P 4 e 5 Entrevista a Francisco Nunes Correia

P 17 1ª Oficina de Qualificação LEADER+

P 18 MANIFesta 2005

O Ordenamento do território

O tema do ordenamento do território encontra-se no coração da problemática ligada ao futuro do desenvolvimento rural.

As contribuições deste número do *Pessoas e Lugares* são extremamente ricas, bem como as recomendações que trazem os seus autores, podendo constituir-se como um auxiliar para quem queira aprofundar as ligações entre desenvolvimento e ordenamento, numa perspectiva de sustentabilidade dos territórios.

O contributo do Programa LEADER ao longo dos seus 14 anos de crescimento e consolidação é inegável nas suas diferentes vertentes: criação de emprego e de actividades económicas, diversificação das actividades e preservação do património cultural, ambiental e paisagístico. Também o esquema de desenvolvimento do espaço comunitário (SDEC) pretende propor um modelo alternativo ao que fundava as dualidades e oposições centro-periferia, urbano-rural, que se consubstancia num modelo de organização espacial policêntrico para a Europa. Este modelo que assentaria entre outros, numa lógica de qualificação e reorganização das funções das pequenas e médias cidades no espaço rural, poderia contribuir decisivamente para alterar a tendência para a polarização nas capitais dominantes - as "global cities", como Paris e Londres.

Mas as recomendações que aqui nos trazem os colaboradores deste número do *Pessoas e Lugares* apontam para algumas pistas fundamentais, relançando a importância de participar activamente na dinamização das Agendas 21 locais.

Em "Crónica de um território remanescente", a presidente da direcção da Vicentina, Aura Fraga, alerta para a necessidade de proceder a uma correcta utilização dos instrumentos de gestão existentes. António Covas, Professor Catedrático da Faculdade de Economia do Algarve considera que as actividades de ordenamento e gestão territorial "são decisivas para consolidar as associações de desenvolvimento local, em especial, no que poderia ser designado como a *soft-policy*", impondo-se assim uma reflexão interna ao movimento do associativismo que permita antecipar a nova fase que se avizinha

que será provavelmente de "racionalização das políticas públicas para o mundo rural".

Estimular a inovação, o empreendedorismo e o emprego são elementos decisivos na retoma de confiança e auto-estima e que permitem para contribuir para inverter "os ciclos viciosos" de desinvestimento que influenciam as zonas sujeitas à desertificação, como sublinha Francisco Nunes Correia, Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico. Em consonância com esta proposta, António M. Machado da ADRAT propõe que se utilizem os instrumentos existentes contribuindo assim para aumentar a atractividade do mundo rural, da localização da população e dos empregos e intervindo sobre as mobilidades regionais e David Catarino, presidente da Câmara Municipal de Ourém, insiste na importância dos três pilares sustentabilidade económica/sustentabilidade ambiental/sustentabilidade social.

O Sudoeste território deste mês ilustra bem os desaires e os riscos associados a fortes pressões imobiliárias e a uma exploração turística desregrada mas também o enorme potencial que reside nesta região de mar e serra, com um património ambiental invejável. O Sudoeste compreende na sua totalidade os concelhos de Monchique, Aljezur e Vila de Bispo, e uma parte dos concelhos de Lagos, Odemira, Silves e Portimão, concelhos sujeitos a um envelhecimento da população e a uma desertificação das zonas "rurais profundas".

É aqui que Francisco Botelho propõe mais um fim-de-semana de descoberta. De Vila do Bispo, a Sagres e Aljezur, passando por S. Teotónio, e atravessando Monchique, as propostas são muitas, permitindo-lhe percorrer as pequenas vilas algarvias e alentejanas, interessar-se pelos monumentos que a história e os homens compuseram na paisagem ou simplesmente espraiar o olhar e o espírito no oceano indigo ou no verde da Serra.

Para terminar, na rubrica *Produtos e Produtores*, paragem em Aljezur, na rota da batata-doce, a maior região continental produtora deste produto com um peso expressivo na economia agrícola local.

Cristina Cavaco

Pedido de envio do Jornal Pessoas e Lugares

Nome:	
Organização:	
Função:	
Morada:	
	Código postal: -
Telefone:	Fax:
E-mail:	
Comentários:	

Recorte ou fotocopie, e envie para: IDRHa, Rede Portuguesa LEADER+ Av. Defensores de Chaves, n.º 6 - 1049-063 Lisboa

O **Pessoas e Lugares** - Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+ tem por objectivos:

- divulgar e promover o LEADER+;
- reforçar uma imagem positiva do mundo rural.

O **Pessoas e Lugares** tem uma periodicidade mensal e a sua distribuição é gratuita.

Se pretender receber o jornal **Pessoas e Lugares** preencha, por favor, o formulário anexo (recorte ou fotocopie) e envie para:

IDRHa
 Rede Portuguesa LEADER+
 Av. Defensores de Chaves, n.º 6
 1049-063 Lisboa
 Telf.: 21 3184419
 Fax: 21 3577380

Ou aceda ao site da Rede Portuguesa LEADER+ www.leader.pt e preencha, por favor, *on line* o formulário disponível no *link* **Pessoas e Lugares**.

No caso de desejar receber mais do que um exemplar de determinado número do jornal **Pessoas e Lugares**, para distribuir num evento, por exemplo, pedimos o favor de fazer chegar essa informação ao IDRHa com a devida antecedência. Obrigado.

Uma exigência para o futuro

A sustentabilidade, a transversalidade, a integração, a equidade e a participação são os cinco princípios que fundamentam as políticas do ambiente, do ordenamento e do território para o programa do XVI Governo Constitucional. Estes princípios são concretizadas através de um vasto conjunto de medidas de política orientadas para o desenvolvimento equilibrado e sustentado dos territórios, a preservação e diversidade dos recursos naturais e a qualidade dos ecossistemas. Na óptica do desenvolvimento das zonas rurais podem-se observar, neste Programa, intenções de ordenamento que incluem, entre outras, três medidas essenciais: a dinamização e criação de pólos de desenvolvimento local e regional, privilegiando as áreas do interior mais desfavorecidas, de modo a impedir e a inverter as tendências para a desertificação e empobrecimento e a sazonalidade recorrente nessas áreas; o desenvolvimento ordenado do espaço rural, concluindo o processo de infraestruturização básica do território e apoiando a modernização das acessibilidades e a instalação de actividades que impeçam a sua descaracterização cultural e ambiental; e a conservação e valorização do património natural, designadamente os meios hídricos, solos e florestas, bem como das áreas de elevado valor paisagístico.

A política de ordenamento, configurando-se como uma questão essencial para a sustentabilidade dos espaços rurais, pode contribuir para atenuar o isolamento destas zonas e impedir a sua subordinação a interesses relacionados com a pressão urbana e ambiental, desde que a sua concepção e efectivação envolva preocupações em harmonizar interesses económicos com preocupações ambientais e sociais pois estes aspectos, embora diferenciados, são interdependentes e influenciam grandemente a configuração dos territórios.

Nesta perspectiva, algumas medidas de ordenamento do território podem ser importantes para os territórios rurais já que, além de poderem incentivar novas oportunidades de desenvolvimento, podem também ser responsáveis pela humanização da paisagem e influenciar, beneficentemente, a qualificação dos espaços rurais. Com efeito, o ordenamento dos territórios requer, para além da imprescindível coerência e articulação na aplicação da multiplicidade de instrumentos de planeamento e ordenamento disponíveis, a promoção de um conjunto de práticas que não prejudiquem o meio ambiente, que valorizem os recursos e o património cultural, tornando atractivas para o investimento as regiões mais débeis e estruturalmente fragilizadas, criando sinergias e complementaridades com cidades de pequena e média dimensão.

O papel do Estado

Na verdade, todos sabemos que a dinamização de actividades que sejam indutoras de prosperidade e emprego, que proporcionem a fixação de empresas, a melhoria da competitividade, boas acessibilidades e disponibilização de serviços sociais básicos são fundamentais para contrariar a interioridade. Nesta óptica, e porque estes aspectos podem ser viabilizados através da aplicação de instrumentos de ordenamento do território, o papel do Estado é fundamental, quer através da criação de incentivos para a fixação de pessoas, quer regulamentando um conjunto de mecanismos que contrariem o fraco dinamismo económico e empresarial. Mas é preciso também não esquecer que é imprescindível a participação das populações e actores locais, a quem cabe a difícil tarefa de aceitar o desafio da dinamização de vilas e aldeias, contribuindo para a sua revitalização e criação de novos modos de vida. Assim, ao Estado, agentes económicos e sociedade civil importa concretizar o mais difícil e aquilo que até à data não tem acontecido: articular múltiplas perspectivas, clarificar interesses e posições variadas e optar por um caminho de respeito e consolidação dos cinco princípios que fundamentam as políticas do ambiente, do ordenamento e do território. Recentemente tivemos a feliz oportunidade de conhecer o estudo sobre desertificação, editado pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e coordenado pelo Prof. Nunes Correia (ver Bibliografia, p.19), onde se torna muito claro que algumas regiões do interior

apresentam francos sinais de desertificação, aos quais se associam níveis elevados de desinvestimento e dependência, baixa densidade populacional, reduzida dinâmica económica, associada à incapacidade de revitalização dos sectores secundário e terciário. Neste estudo conclui-se, ainda, que as zonas sujeitas a desertificação estão incluídas em zonas onde se formam ciclos viciosos de desinvestimento, com economias deprimidas e o consequente abandono dos agentes económicos, processo este que influencia a diminuição do emprego e, consequentemente, um progressivo despovoamento e uma crise de identidades.

Sabemos o quanto o ordenamento é importante para contrariar estes aspectos, comuns aos que caracterizam as zonas rurais em Portugal. A crer na ideia de que a nova política de desenvolvimento rural será melhor e mais simples e que os Estados-membros e as regiões terão maior liberdade para aplicar e desenvolver os programas, é imprescindível não se perder a noção da importância do ordenamento e do planeamento estratégico das zonas rurais, uma vez que a nova política de desenvolvimento rural, que se configura para um futuro próximo, volta a sublinhar a importância de grandes objectivos, alguns deles directamente relacionados com o ordenamento. Assim, e além do fortalecimento da abordagem ascendente, deve-se conferir maior atenção às necessidades locais, ao ambiente e gestão do uso do solo e à melhoria da qualidade de vida e diversificação de actividades.

O contributo do LEADER

A promoção do desenvolvimento sustentável e regionalmente equilibrado, sendo uma das prioridades das zonas rurais, exige uma atitude pró-activa perante os problemas do ordenamento que ajude a que as regiões mais frágeis se tornem estruturalmente atractivas para o investimento, o que significa cuidado na harmonização de interesses económicos com necessidades sociais e na requalificação dos espaços sociais rurais, na base de um padrão de desenvolvimento policêntrico.

O Programa LEADER, dando especial atenção à perenidade dos projectos que apoia financeiramente, pode ajudar a que alguns dos investimentos realizados a nível local sejam compatíveis com estes interesses. Desta forma, pequenos projectos ligados, por exemplo, ao turismo rural, à valorização de actividades tradicionais, à criação de serviços de proximidade, à dinamização do património cultural e ambiental e paisagístico, entre outros, podem ter um efeito multiplicador significativo para o desenvolvimento das áreas rurais. Por outro lado, as parcerias realizadas no campo do desenvolvimento local entre entidades públicas e privadas, com vista à promoção das zonas rurais e melhoria da qualidade de vida têm, também, uma função importante a cumprir no domínio do ordenamento. O seu papel, ao nível do acompanhamento e controlo da execução dos projectos, pode revestir um carácter de aconselhamento que ultrapasse a mera verificação do cumprimento dos normativos em vigor, sendo esta função relevante, do ponto de vista pedagógico, para promotores com dificuldades em articular interesses de ordenamento com as expectativas específicas relativas ao projecto que desenvolvem.

Hoje é fundamental acreditar que os cuidados para com o ordenamento, ambiente e paisagem são factores essenciais de equilíbrio e sustentabilidade para o presente e para o futuro. Nesta perspectiva, importa generalizar uma cultura de cuidado e atenção para com os territórios rurais, preservando o seu desenvolvimento e garantindo as melhores condições para o equilíbrio dos interesses económicos com o bem-estar social. As populações e agentes económicos das zonas rurais têm que participar nesta exigência, sendo cada vez mais activos na resolução dos grandes problemas de ordenamento e ambiente que os preocupam. A recente dinamização das Agendas 21 locais, mais do que uma mera medida de política pode ser, assim, uma oportunidade de participação dos cidadãos, compatibilizando interesses e prioridades locais com uma estratégia mais vasta de desenvolvimento sustentável.

Maria do Rosário Serafim
IDRHa

Concelhos do interior e do Sul de Portugal em questão

A insustentável desertificação

Francisco Nunes Correia, Presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico, especialista em hidrologia e recursos hídricos, coordenou um estudo recente sobre a desertificação, que põe preto no branco as respostas aos comos e aos porquês de um êxodo rural anunciado. Impelido pelo destaque desta edição, o *Pessoas e Lugares* decidiu ir ao encontro de um convicto ambientalista que propõe medidas concretas para travar incessantes movimentos de fuga e abandono.

O estudo coordenado pelo Prof. Nunes Correia refere que as zonas sujeitas à desertificação estão incluídas em zonas onde se formam ciclos viciosos de desinvestimento, com economias deprimidas e o conseqüente abandono dos agentes económicos, que influenciam a diminuição do emprego e um progressivo despovoamento. Como é que se podem cortar os ciclos viciosos de desinvestimento que tanto influenciam as economias de zonas sujeitas a desertificação?

Há perda de auto-estima, desinteresse e falta de perspectivas. As pessoas abandonam determinadas regiões. Para quebrar esses ciclos viciosos é preciso um equilíbrio entre duas componentes: um investimento público, que desencrava as regiões do isolamento, lhes dê acessibilidade e uma proximidade razoável, e infra-estruturas de apoio ao cidadão, ou seja, escolas e hospitais com qualidade. Refira-se também o acesso ao lazer e entretenimento. Hoje as televisões com parabólicas fazem prodígios e a Internet chega a todo o sítio em Portugal e com qualidade, porque há uma rede de fibra óptica. Falta ainda apesar de tudo dotar o país de algumas infra-estruturas. O investimento público é muito importante, mas não chega. A outra componente em jogo é a dos agentes locais. Identificamos duas facetas: a formação profissional - as pessoas têm que ser preparadas para realizar actividades profissionais que as satisfaçam e que sejam adequadas aos modelos de vida que essas regiões permitem sustentar, e a cultura ou sociocultura, ou seja, o espírito de empreendedorismo por parte das populações. Em grande parte a desertificação é uma crise no espírito de empreendedorismo, uma desistência de criar riqueza, de desenvolver actividades económicas, ou mesmo procurar isso noutros sítios. Tudo o que vai no sentido de criar um espírito à escala local, à escala micro e desenvolver iniciativas é muito importante para dar essa volta, gerando oportunidades de emprego e negócios compatíveis com as características próprias daquele local.

Qual o papel dos poderes públicos no combate à desertificação?

Há uma componente de investimento infra-estrutural que é essencial. Não há desenvolvimento sem infra-estruturas. Apesar da minha costela ambientalista, não tenho dúvidas disso. Há uma componente cultural e educativa também ela muito forte. Grande parte das regiões são relativamente pobres em recursos, porque não são muito férteis do ponto de vista agrícola. Mas recursos hoje é algo de diferente. Os recursos patrimoniais, paisagísticos, cinegéticos, culturais são extraordinariamente importantes. Nas sociedades actuais assiste-se a um processo de desterritorialização. Há muitas actividades que não dependem muito das características do território, dependem mais dos recursos humanos, das pessoas que lá estão e daquilo que elas fazem e querem fazer. Estas regiões sujeitas a desertificação, obviamente tem que apostar muito no capital social, natural e patrimonial como ingredientes fundamentais de modelos de desenvolvimento.

Qual o ponto de situação do processo de desertificação biofísica e humana em Portugal?

Os dois processos estão presentes em Portugal. Os processos de desertificação humana são muito mais sérios a curto prazo do que os processos de desertificação biofísica. No nosso estudo procurámos averiguar as relações entre os dois e chegámos à conclusão que há escalas temporais diferentes. Os processos de desertificação biofísica colocam-se normalmente numa escala de muitas décadas ou até de um século. São muito importantes, porque quando se degrada a base de recursos de uma determinada região, há menos pessoas que podem viver naquela região, contribuindo a longo prazo para uma certa desertificação. Quando se fala em desertificação, associa-se de imediato a componente humana porque essa é a componente perceptível pelo abandono das populações que vêm para as grandes cidades procurar emprego. Nas circunstâncias actuais e com a evolução previsível das actividades agrícolas em Portugal e na Europa, o problema da desertificação humana deve merecer a nossa principal atenção numa lógica de desenvolvimento.

Na sua opinião, quais são os processos socioeconómicos que mais contribuem para a desertificação?

Há uma componente económica e uma componente sociocultural. A componente económica tem sobretudo a ver com a crise de uma certa ruralidade. A integração nos espaços europeus tornou necessária uma agricultura muitíssimo mais competitiva do que certas formas arcaicas, medievais, praticadas em Portugal muitas vezes até em zonas que num contexto ancestral tinham viabilidade agrícola, mas difíceis de sustentar nos mercados mais globais nos quais estamos inseridos. Acaba por ser quase uma economia de subsistência e pouco mais. Assistiu-se em Portugal a um processo muito intenso de alguma desruralização, que não é total e é bom que não seja total. Inevitavelmente a população portuguesa dedicada à agricultura decresceu significativamente nos últimos 30 anos, na ordem dos 30 a 40 por cento para 8 por cento. Esta desruralização é um dado objectivo e incontornável. A questão é "o que é que devemos esperar?", "será que caminha para zero?". A minha convicção é que não caminha para zero. Por outro lado, coloca-se a questão da vocação actual dos espaços anteriormente ocupados por uma actividade agrícola ancestral.

Como é que se colocou a questão da desruralização no espaço europeu?

Cada país terá as suas especificidades. Mas muito do que aconteceu em Portugal nos últimos 30 anos, aconteceu ao longo do século XX nos outros países europeus. Por exemplo, hoje em Portugal cerca de 60 a 70 por cento da população vive em meios urbanos. Na Europa, a média é de 80. Portugal tem hoje as estatísticas que a Europa tinha nos anos 50. Com algumas décadas de atraso, Portugal vai fazendo mais ou menos o caminho que outras regiões europeias já fizeram. Olhando para zonas muito desenvolvidas, como por exemplo, a Áustria constatamos que apesar deste país ter actividades económicas muito diversificadas, entre elas o turismo, tem uma actividade agrícola bastante importante e mantém-na, mantendo até algumas formas de agricultura associadas à preservação da paisagem. A actividade agrícola é uma componente essencial da paisagem. Esse é outro tema de grande discussão. A agricultura ou certos tipos de actividades agrícolas são fundamentais para a manutenção da paisagem. O que seria, por exemplo, do Vale do Douro se não tivesse vinha plantada em socalcos? Para além do interesse e do grande mérito do Douro, a actividade agrícola é uma componente essencial da paisagem, que por sua vez é um património, que corresponde a uma actividade económica cada vez mais importante hoje em dia que é o turismo. Outra região onde Agricultura, Paisagem e Turismo estão extraordinariamente ligados entre si é na Madeira. Na ilha da Madeira, a actividade agrícola está fortemente ligada à preservação da paisagem, considerada como um elemento fundamental para manter a actividade turística.

Desmerece-se o valor da paisagem em Portugal?

A paisagem é um recurso que os Portugueses estão pouco habituados a prezar, talvez por serem ricos em paisagem. A paisagem não é encarada como um património essencial das regiões, dos locais, da identidade própria e, portanto, agride-se a paisagem de uma forma aflitiva, quando com isso se está a destruir um dos suportes económicos das regiões, além de que se está a ferir a identidade dos lugares e a auto-estima das pessoas. A paisagem é uma palavra forte deste estudo.

Como é que se podem tornar mais atractivas as zonas do interior do país?

Destaca-se aqui o papel das cidades do interior. As pessoas aceitam mal viver em *habitats* muito isolados, ermos, ao contrário do que acontecia há uns anos atrás. Portanto, há uma grande tendência das populações serem atraídas pelos centros urbanos. O que é importante hoje em Portugal é que essas populações

em vez de virem todas para a Grande Lisboa e para o Grande Porto sejam “apanhadas na malha das cidades e vilas do interior”. Essa malha de cidades e vilas do interior tem um papel estratégico em termos de consolidação do nosso território. Temos que perceber que as populações abandonam as aldeias pequeníssimas e as casas isoladas. Este processo é quase inevitável, segue uma tendência natural. Surge depois um segundo ciclo de ocupação com turismo, segunda habitação, e aí sim, existe uma vocação para as casas isoladas. As sociedades contemporâneas estão em processo de urbanização. Urbanizar não significa vivermos todos em cidades de dois ou três milhões de habitantes. Urbanizar pode significar viver numa pequena cidade de 5 ou 10 mil habitantes. É o melhor destino que se pode esperar para Portugal, o reforço das cidades de 5, 10 ou 20 mil habitantes, para constituir uma malha relativamente homogênea sobre todo o país, uma malha ancestral na própria formação do território português. Isso tem a ver com as particularidades e a forma como o território português cresceu e foi sendo ocupado. Há um valor estratégico nessa rede de cidades que hoje de certo modo tem que ser redescoberto e reinventado, fazendo crescer e consolidar as cidades e tornando-as atractivas.

Essas cidades podem ser um tampão à desertificação?

São um dos grandes tampões à desertificação em vários sentidos. Desde logo, é útil que elas fixem essas populações. São a porta de entrada nas regiões. Passa-se a pensar numa cidade como uma porta de entrada para as suas aldeias vizinhas. Era interessante fomentar tudo o que fosse uma relação estreita entre as cidades e as aldeias do espaço municipal, de maneira a formar um todo orgânico: enquanto uns vivem na capital do concelho, outros vivem nas aldeias. Está na ordem do dia o crescimento ordenado e com qualidade de vida das cidades e não desordenado como aconteceu em Lisboa e no Porto, com bairros dormitórios e periferias que são verdadeiras florestas de cimento. Isso não pode acontecer à escala das pequenas cidades do interior.

Quando menciona a qualidade de vida, refere-se a que indicadores?

A qualidade de vida é constituída por um conjunto de ingredientes como a educação, a saúde e depois as acessibilidades. As acessibilidades são essenciais para que as pessoas não se sintam marginalizadas. O facto de ter uma boa rede de comunicação, de poder chegar aos grandes centros com rapidez..., não é um estímulo para vir para o litoral, é antes um estímulo para ficar no interior. Eu não acredito que, “as auto-estradas sirvam para se chegar mais depressa ao litoral”.

Aliás, o estudo demonstra exactamente o contrário?

As acessibilidades criam condições para as pessoas gostarem de viver no interior. Este é um interior cada vez mais fictício. Será que um país como Portugal tem interior? O que é o interior num país que tem 180 km de largura? O interior de Portugal é acima de tudo um estado de espírito. É um interior cultural e, portanto, é nesse plano que temos que actuar.

Qual é a importância de instrumentos como a RAN (Reserva Agrícola Nacional) e a REN (Reserva Ecológica Nacional) para o ordenamento das zonas rurais?

Nos inquéritos às pessoas e agentes locais, ouvimos de forma quase sistemática queixas contra a RAN e a REN, são vistos muitas vezes como um travão ao desenvolvimento e ao crescimento. É preciso compreender com um pouco mais de profundidade o que é que as leva a dizer aquilo: não é a protecção do



Maria do Rosário Aranha

solo agrícola de primeira qualidade, como é o objectivo da RAN; não é a vontade de destruir a rede ecológica que leva as pessoas a dizer isso. É mais uma ineficiência manifesta da administração pública, responsável por gerir estas figuras de ordenamento do território. Não é uma acusação a este ou àquele organismo, é a constatação de que a nossa administração pública tem muita dificuldade em aplicar de maneira inteligente este tipo de regras. Agarra-se, por uma questão de prudência e de segurança a regras muito rígidas, tornando-se completamente insensível aos problemas concretos que se colocam. Este radicalismo nunca é ambiental, é mais administrativista e uma aplicação cega da lei. Esta rigidez está-se a virar contra o próprio instrumento e está a criar uma imagem muito negativa. Concluímos que a RAN e a REN são instrumentos importantes porque os únicos modelos de desenvolvimento a longo prazo sustentáveis são aqueles que assentam na preservação dos recursos, não são aqueles que são dilapidadores dos recursos. O ambiente faz parte do património, preservar os recursos ambientais é essencial. Fazendo a análise *a posteriori* a REN em Portugal teve um papel essencial para preservar muitos desses recursos ambientais. Esses instrumentos tem que ser aplicados de uma forma que não vire as populações contra eles e que não faça de todo o cidadão um inimigo. É preciso destrinçar e flexibilizar as situações. São processos muito complexos, porque atrás de algumas verdades, podem-se esconder “interesses” para acabar com a REN em nome de promoções imobiliárias ou algo do género. Preconizamos uma visão positiva da RAN e da REN, defendendo uma forma mais flexível e menos hostil de aplicação.

O LEADER é considerado um dos programas relevantes para contrariar a desertificação. Como encara o contributo do LEADER para esse objectivo?

Não me considero nem de longe, nem de perto um especialista no Programa LEADER. Mas do trabalho, dos estudos, das entrevistas e de toda a reflexão feita, para nós tornou-se claro que o LEADER é em Portugal o programa mais direccionado, precisamente para aquilo que entendemos ser importante, para fomentar actividades económicas nestas regiões. Com base nos agentes locais e actividades muito diversificadas, apela-se ao empreendedorismo dos agentes e das populações locais. Portanto, quem nos dera não ter um, mas ter um LEADER multiplicado por cinco ou dez.

Que recomendações gostaria de fazer às Associações de Desenvolvimento Local?

Aos que estão no terreno, não olhem apenas para o horizonte do primeiro investimento e da primeira iniciativa e daquela fase inicial em que se dá ou recebe o apoio. O que é importante é criar actividades sustentáveis que sejam capazes de caminhar por si. O Programa LEADER deveria ser visto como um primeiro empurrão, de excepcional importância é certo, mas como um primeiro empurrão para que estas actividades depois possam caminhar por si.

Entrevista de **Maria do Rosário Aranha** e **Maria do Rosário Serafim (IDRHa)**

Plano de ordenamento para o Vale do Lima

O *Master Plan* constitui a peça integradora do Plano Integrado de Ordenamento Rural do Vale do Lima. Um plano que define uma estratégia de ordenamento perspectivada para a valorização das estruturas tradicionais, da paisagem, dos itinerários culturais e do património natural e edificado, que possa servir de referência aos instrumentos de ordenamento do território e aos programas de desenvolvimento e justificar opções na gestão integrada dos recursos.

A região do Vale do Lima encerra um conjunto de potencialidades e especificidades que importa explorar e desenvolver de modo a contribuir para um desenvolvimento integrado e sustentado da região e melhoria das condições de vida das suas populações. Pretende-se, desta forma, a sistematização da problemática do desenvolvimento deste Vale no seio da sua envolvente histórica, social, cultural e patrimonial, num Plano para o Vale do Lima - *Master Plan* - que seja simultaneamente orientador de um conjunto de intervenções estruturantes para a valorização das estruturas tradicionais, da paisagem, dos itinerários culturais e do património natural e edificado, referência aos instrumentos de ordenamento do território, e que possam vir a ter enquadramento durante a vigência do III QCA.

Numa primeira estância será efectuado o levantamento, recolha e sistematização de informação de todo o Vale do Lima em diversas vertentes, entre as quais destacamos os aspectos históricos, paisagísticos, arqueológicos, hidrogeomorfológicos e agro - florestais; os aspectos socioeconómicos e culturais de organização agrícola e uso do solo e os aspectos patrimoniais.

Após esta fase, o Plano deverá fornecer um conjunto de intervenções subdividido em fases realizáveis de obra, com respectivos projectos e tipologias de intervenção, bem como o seu enquadramento nos eixos de intervenção dos Programas Comunitários no âmbito do III QCA.



O desenvolvimento do projecto, cujos objectivos gerais passam pelo desenvolvimento sustentado do território, pela superação das barreiras e das condições periferia/cidade, e pela valorização dos recursos humanos, dos bens culturais e ambientais, será estruturado em oito fases:

- verificação do território; análise e investigação no Vale do Lima do ponto de vista histórico-paisagístico, arqueológico, hidrogeomorfológico, florestal; avaliação socioeconómica com relevo para as estruturas agrárias e formas de utilização do solo; identificação das intervenções possíveis e prioritárias, verificação da cartografia técnica actual, inserida numa análise de pesquisa progressiva, através da comparação desta cartografia com cartografia de séculos passados;
- recolha e sistematização da informação;
- verificação das intenções possíveis e prioritárias; estudo de viabilidade das obras de reabilitação, recuperação, transformação e infra-estruturação do território e a sua compatibilidade com os instrumentos urbanísticos vigentes e os programas operativos europeus;
- colóquio com a Administração Pública, operadores económicos, empreendedores agrícolas e demais agentes de desenvolvimento para validação/discussão do levantamento efectuado e selecção de prioridades;
- projecto preliminar do sistema de conexão da obra e das intervenções previstas a nível territorial;
- plano definitivo de previsão da organização futura histórico-territorial, hidrogeomorfológica e paisagística do Vale do Lima, sob o ponto de vista da visualização das obras de restauro, recuperação, transformação, infra-estruturação e valorização prevista;
- programa de intervenções, sub-dividido em fases realizáveis de obra, com arquitectura e tipologia de intervenção, com ordem de prioridades e enquadramento nos Programas Comunitários;
- fase consultiva de ilustração e promoção do *Master Plan*, com o objectivo de sensibilização da Administração Pública; execução de material promocional; ilustração da visão futura do Vale do Lima.

ADRIL

Crónica de um território remanescente

O papel e a importância do mundo rural nas dinâmicas actuais de desenvolvimento apresenta claramente duas faces: por um lado, é-lhe conferido um papel relevante nos domínios da conservação da natureza e do equilíbrio ambiental; por outro lado, as dinâmicas económicas globais estão longe de o privilegiar, encarando-o sobretudo como espaço de consumo e de expansão de padrões que lhe são alheios.

Os diversos planos de ordenamento ou desenvolvimento, nos seus enunciados teóricos, vão contrariando este entendimento, configurando novas estratégias de valorização. Mas simultaneamente persistem (e em alguns casos acentuam-se) os obstáculos que parecem condenar estes territórios de baixa densidade à marginalização económica e social. É certo que se vão multiplicando iniciativas e projectos bem sucedidos que, por um instante, nos levam a acreditar que tudo pode ser diferente; é certo que chegamos a intuir os sinais da inevitabilidade do mundo rural se constituir como espaço de oportunidades e protagonista essencial das estratégias de desenvolvimento: mas no momento seguinte voltamos a sentir o peso de sucessivas barreiras - por vezes intangíveis, difusas - onde parecem sucumbir os propósitos de reforço da equidade territorial, de atenuação das assimetrias regionais, de valorização dos recursos endógenos do mundo rural entendidos como factores de criação de riqueza...

A legislação de há muito que estabilizou um conjunto de consensos neste domínio: uma «maior coesão territorial e social», a garantia de «equidade no acesso a infra-estruturas, equipamentos colectivos e serviços», o recurso a «medidas de discriminação positiva, no quadro das políticas de desenvolvimento regional e rural a favor de áreas com menor potencial de desenvolvimento ou com graves problemas estruturais de reconversão económica» - eis apenas alguns exemplos das orientações estratégicas consideradas no âmbito da elaboração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (cf. RCM n.º 76/2002, de 11 de Abril). Mas sabemos também - e aí há-de necessariamente procurar-se a raiz da questão - que talvez não existam domínios em que seja tão significativa a distância que separa os enunciados teóricos e as práticas de actuação.

A questão, pois, não será tanto a da inexistência de instrumentos de política, mas a da incapacidade que temos vindo a demonstrar de proceder à gestão territorial dessas políticas. O que nos remete para a discussão do processo de ordenamento do território, desde logo no entendimento de que as políticas para o interior não poderão deixar de ser «políticas territoriais, concebidas, implementadas e coordenadas numa base territorial concreta». (cf. Baptista, A. J. Mendes - *Políticas para o Desenvolvimento do Interior*. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, 1999)

Ora a prática tem vindo a mostrar-nos que o ordenamento do território, não obstante os enunciados teóricos consensuais, trata o espaço rústico como um espaço *remanescente*: o espaço que sobra depois de discutidas e decididas as opções de ordenamento realmente *decisivas* para um determinado concelho ou região. O exemplo dos Planos Directores Municipais é elucidativo: depois de definidos os perímetros urbanos, as redes de infra-estruturas, as zonas de expansão urbanística e de localização empresarial - resta uma extensa *área de problemas* que é tratada a correr, quando os restantes elementos do Plano estão já prontos a entrar nas fotocopiadoras: o que não é Reserva Ecológica Nacional é Reserva Agrícola Nacional, o que não é Reserva Agrícola Nacional é Espaço Agro-florestal de grau I, e o que não é Espaço Agro-florestal de grau I

é Espaço Agro-florestal de grau II... É assim que descansamos as nossas consciências técnicas, simultaneamente a encadernarmos volumes de regulamentos difusos e cartas de condicionantes pintadas de verde...

Diga-se com clareza que uma das maiores incongruências do processo de ordenamento do território, com severas repercussões no desenvolvimento destes espaços social e economicamente marginalizados, advém daquilo que poderíamos designar como *o grande equívoco ambiental* que a legislação e os planos de ordenamento têm vindo a reforçar e a multiplicar ao confundir *aproveitamento sustentável de recursos* com *defesa dos recursos*. Os exemplos sucedem-se. Mas o caso da Reserva Ecológica Nacional é paradigmático: uma figura criada com o grande objectivo de «possibilitar a exploração dos recursos e a utilização do território com salvaguarda de determinadas funções e potencialidades, de que dependem o equilíbrio ecológico e a estrutura biofísica das regiões, bem como a permanência de muitos dos seus valores económicos, sociais e culturais» (cf. DL 93/90, de 19 de Março), acabou por transformar-se, alteração após alteração, num mecanismo exclusivo de restrições, onde o que está em causa já não é o estabelecimento de regras e condições para a *exploração* dos recursos, mas a total proibição de *exploração* e aproveitamento desses mesmos recursos... E é assim que numa boa parte dos territórios rurais, por exemplo, é proibido construir uma casa de banho, um telheiro ou um armazém para guardar alfaías agrícolas, mesmo quando se trate de acções que inicialmente a Reserva Ecológica considerava como excepções ao regime genérico de proibição, nomeadamente se eram reconhecidas «insusceptíveis de prejudicar o equilíbrio ecológico» de uma determinada área...

O caso da Rede Natura 2000 é também elucidativo. Com esta rede ecológica europeia de zonas especiais de conservação da natureza pretende-se contribuir para «assegurar a biodiversidade», tendo em conta «as exigências económicas, sociais e culturais, bem como as particularidades regionais e locais» (cf. DL n.º 140/99, de 24 de Abril). Extensas áreas do mundo rural - como de resto seria de esperar em função da sua importância natural - foram assim incluídas nesta rede europeia, sobre as quais impendem severas restrições ao uso do solo. É claro que a legislação que transpõe a Rede Natura para o direito interno prevê a elaboração de um plano sectorial relativo à sua implementação, «estabelecendo o âmbito e o enquadramento das medidas referentes à conservação» das espécies e *habitats*, «e tendo em conta o desenvolvimento económico e social das áreas abrangidas»: para, entre outros aspectos, por exemplo, serem consideradas as tais «medidas de discriminação positiva» que o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território considera como orientação estratégica; para, por exemplo, não serem os guardiões do mundo rural a pagar na íntegra a conservação de valores naturais de importância nacional e europeia; para, por exemplo, permitir a bonificação ou a majoração económica no desenvolvimento de projectos que contribuem para a preservação e manutenção desses valores; para, por exemplo, serem definidas políticas territoriais concretas para territórios com potencialidades e problemas específicos... No entanto, mais de cinco anos depois da publicação do Decreto-Lei 140/99, onde se previa que o plano sectorial da Rede Natura fosse elaborado no prazo máximo de seis meses, os respectivos trabalhos encontram-se ainda em curso... Quem não vive no mundo rural talvez não tenha compreendido ainda a nova teia de burocracias e indefinições que estes sucessivos adiamentos implicam...

Não se leia destas palavras uma cruzada contra os instrumentos e mecanismos que visam garantir a conservação dos valores naturais. Pelo contrário: os recursos naturais são o ponto forte do mundo rural e a exploração sustentável destes recursos constituirá sempre a base das suas estratégias de desenvolvimento. E é assim: descontados os enunciados teóricos e os discursos de circunstância, na verdade o mundo rural continua a ser esse espaço *remanescente*, geralmente visto como um território de problemas, para onde não se definem estratégias (ou, definindo-se, não se operacionalizam), e que os instrumentos de gestão territorial se limitam a considerar como espaços de protecção de recursos, esquecendo que o que está verdadeiramente em causa é, ou deveria ser, o aproveitamento económico, sustentável, desses recursos ímpares e insubstituíveis...

Aura Fraga

Presidente da Direcção da Vicentina

Através de um turismo sustentável, por exemplo, ancorado nesse conjunto de recursos e especificidades. Mas também aqui o novelo de problemas se adensa. Veja-se o caso do sistema de incentivos que tem por objecto o apoio a produtos turísticos de vocação estratégica (SIVETUR). De entre os projectos de investimento susceptíveis de acesso ao SIVETUR encontram-se, nomeadamente, os «projectos de turismo sustentável»: meios complementares de alojamento, turismo no espaço rural, estabelecimentos de restauração e bebidas, serviços de alojamento e animação turística e ambiental incluídos no conceito de turismo de natureza, etc. ... Era difícil prever, a este nível, uma medida mais acertada, coerente, estratégica... Acontece que no mundo rural há sempre um «mas»: acontece que, ao contrário das restantes tipologias de projectos a apoiar (campos de golfe, marinas ou portos de recreio, parques temáticos, etc.), «o enquadramento dos projectos de investimento» no turismo sustentável «depende da existência de um plano de acção» a elaborar por um conjunto de entidades públicas (cf. Portaria n.º 1214-B/2000, de 27 de Dezembro). Ora acontece que, quatro anos depois da entrada em vigor deste regime de incentivos, em poucos casos, no País, foram elaborados planos de acção (no Algarve não existe ainda nenhum plano de acção aprovado)... Como quem diz: isto é só para ficar bonito na lei, não se entusiasmem muito...

O ordenamento, ambiente e comunidades locais

O quadro paisagístico que todos temos na nossa memória nada tem a ver com aquele com que nos deparamos na actualidade e assim, quem é que não está constantemente a realizar jogos temporais comparativos para avaliar uma determinada intervenção, ou não se deixa influenciar nas suas decisões pela memória de vivências passadas em determinados espaços.

Aconteceram, portanto, profundas alterações nos espaços de vivência de todos nós, mas, infelizmente, muitas dessas alterações acabaram por conduzir a um total desordenamento territorial, o qual poderá encontrar as razões para o seu surgimento em factores históricos e geográficos, no crescimento urbano e económico sentido e procurado pelas comunidades locais, em certas orientações políticas e de cidadania, na utilização dada e desejada para os solos e, por fim, na própria organização da administração.

Seja por isto ou por causa de alguns que pomposamente instalados atrás das suas secretárias num qualquer gabinete de Lisboa ou do Porto realizaram, propuseram e aprovaram leis que não lembram ao diabo pela sua desadequação à realidade de uma qualquer região, ou ainda porque outros que, visando localmente a obtenção de qualquer crédito eleitoral, autorizaram e promoveram actuações que contornando a lei vieram alterar definitivamente as nossas vivências espaciais, ou seja ainda por causa de todos nós porque, confortavelmente, deixamos as coisas chegar aonde chegaram sem nunca as obstaculizarmos. A verdade é que eu espero bem que um dia os nossos netos desculpem a nossa incompetência como cidadãos em permitirmos que se tenha irremediavelmente estragado o nosso país e, principalmente, a minha região.

Todos temos, portanto, culpa do mal a que chegamos e a decisão “fácil” e irresponsável com que se quadriculou o país com leis, zonas especiais, renós, ranós, pdmós e muitos outros palavrões chamados “instrumentos de ordenamento do território”, em vez de ajudar a compor ou garantir a preservação de determinadas situações, tem antes sido um obstáculo considerável à implementação de processos de desenvolvimento globais, endógenos e devidamente sustentados, não conseguindo impedir que se assista a uma total desarticulação dos sistemas urbanos e dos aglomerados populacionais, a uma pérfida degradação ambiental e contribuído ainda mais para uma profunda desertificação dos territórios rurais com todas as consequências que conhecemos.

Com efeito, estes instrumentos de apoio ao ordenamento do território, principalmente a “reserva ecológica nacional” e a “reserva agrícola nacional” acabaram por se transformar num terrível monstro comandado pela administração central, que tem estrangulado um desenvolvimento harmonioso do nosso espaço rural, incapacitando a utilização do solo de uma forma sustentada, mas antes fomentando o abandono dos solos, das actividades tradicionais e das próprias vivências comunitárias.



Não existem sinais de que desde a existência destes instrumentos se tenha aumentado a área agrícola de uma forma qualitativa ou que se tenha assistido a uma assinalável melhoria ambiental da nossa paisagem, que a utilização do solo tenha passado a ser feita de uma forma mais racional e sustentada ou que a qualidade de vida das comunidades locais tenha melhorado.

Bem sei que se pode sempre dizer que, de facto, tudo isto não serviu de nada, mas que a situação seria ainda pior se nada tivesse sido feito.

O que parece, portanto, criticável não é o que se fez, mas sim a forma como foi feito, com total desprezo pela realidade local, pelas competências (ou falta delas), capacidades e sensibilidades existentes, ficando a sensação de que toda esta legislação tem tido uma aplicação lenta, de qualidade suspeita e desigual e de eficácia prática muito discutível.

Depois, se nas cidades onde são “feitas” as leis a diversidade aí existente é alargadamente discutida, no meio rural prevalecem problemas muito especiais ao nível do ordenamento do território, problemas esses que são dificilmente detectáveis desde o exterior e que portanto necessitam de uma colaboração endógena.

O papel dos agentes de desenvolvimento

Além disso, hoje, a situação é muito diferente de quando se fizeram estas leis, pois surgiram novos conceitos de cidadania com uma importante percepção e sensibilização ambiental e social, que acabaram por conduzir a uma inovadora cultura para o desenvolvimento que aumentou a capacidade de intervenção nas zonas rurais. Também a mobilidade populacional se alterou substancialmente, em parte devido à melhoria das acessibilidades e à alteração dos conceitos de periferia, mas também devido às novas tecnologias que permitem uma evolução do conceito de emprego e ao seu desenvolvimento territorial, bem como aos novos esquemas de utilização dos solos, que deixando de ter uma utilização unicamente agrícola, possibilitaram uma melhor preservação das riquezas rurais e um reequilíbrio da estrutura urbana fugindo a densificações ou despovoamentos.

Com esta consciência de que a nível local começa a haver importantes capacidades e competências para assumir a rédea da promoção de um processo de desenvolvimento, torna-se necessário que também a legislação se adapte a estas novas situações, pois, partindo do pressuposto de que um território deve ser viável com base numa perspectiva de desenvolvimento sustentado em que macro-interesses estatais se articulem com os interesses locais, todos deveriam assumir como primordial a procura de um equilíbrio entre um ordenamento do território solidário com o ambiente e as comunidades locais, pois será desta relação que despontará a competitividade de uma região.

Se nalguns casos sabemos que o melhor “é esperar sentado”, também é verdade que nós, agentes de desenvolvimento, através das ferramentas que dispomos, poderemos atenuar um pouco a fragilidade de toda a situação, nomeadamente ao nível do aumento da atractividade do mundo rural, da localização da população e dos empregos e intervindo sobre as mobilidades regionais.

Concluindo, o ordenamento de um determinado território deve ser a base para a revitalização do mundo rural, valorizando os seus recursos naturais, reforçando uma rede de centros urbanos que apoiem e sustentem os processos de desenvolvimento e reconversão das zonas rurais e assegurando processos de protecção e gestão racional das comunidades, dos recursos e do património. Pense exactamente o contrário disto e terá uma visão da política de ordenamento do território em Portugal.

António M. Machado
ADRAT



Mar e serra. Juntos, constituem o importante património ambiental e paisagístico de um território que sofre com o distanciamento aos centros de decisão, com a escassez de oportunidades, mas sobretudo com a proximidade ao apelativo turismo de massas e à inerente pressão urbanística. Uma ameaça constante a uma riqueza única, que exige preservação.

Extremo sudoeste de Portugal continental encostado ao Atlântico, o território "Sudoeste", da Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste, expande-se ao longo de 2 384,6 km², de sete concelhos. Do mar à serra, Aljezur, Monchique e Vila do Bispo integram a zona intervenção com todas as freguesias, Lagos apenas deixa de fora a freguesia de Santa Maria, enquanto Odemira, Silves e Portimão surgem incompletos. A extensão do território da Zona de Intervenção (ZI) corresponde a 2,59 por cento da superfície total do continente, mas a população de 51 429 habitantes, que representa uma densidade populacional de 23,3 hab/km², não corresponde a mais do que 0,49 por cento da população do país.

Apesar de estar integrado nas NUTS III de Algarve e Alentejo Litoral, que registaram aumentos percentuais de efectivo populacional, com mais 15,8 e 1,5 por cento, respectivamente, o território "Sudoeste" apresenta valores demográficos distintos. Atendendo a dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes aos três concelhos completos no território (Aljezur, Monchique e Vila do Bispo), verificamos uma quebra de -2,1 por cento, em relação a 1991. Além destes concelhos, também Odemira apresenta uma quebra na ordem de -1,2 por cento, enquanto os outros concelhos registam subidas que atingem níveis elevados em Lagos (18%) e Portimão (15,4%), mas que são quase irrelevantes no território "Sudoeste" da Vicentina, dado integrar apenas as freguesias rurais destes concelhos e metade de uma das freguesias urbanas de Lagos.

A análise da evolução demográfica torna-se mais preocupante quando observadas as variações populacionais desagregadas por classes de idades. De acordo com dados dos Censos 2001, no escalão etário de "0-14 anos" verifica-se uma descida de -11,24 por cento, no conjunto dos sete concelhos, em relação a 1991. Valor que resulta, em grande parte, das acentuadas quebras nos concelhos de Vila do Bispo (-24,2%), Monchique (-24%), Odemira (-23,1%) e Silves (-20,4%). De todos os concelhos da ZI, apenas Lagos regista um aumento de população nesta faixa etária.

A tendência negativa prolonga-se no escalão "14-25 anos", com uma quebra de -6,17 por cento, mas tem a sua antítese no escalão etário de ">65 anos", onde se verifica um crescimento de 19,04 por cento no conjunto dos concelhos, e que atinge a máxima expressão em Portimão (32,9%), Lagos (30,6%), Odemira (24,1%) e Aljezur (21%). Números que reflectem o aumento do peso relativo da população idosa no conjunto total de população, devido ao êxodo dos mais jovens e, também, à chegada de população idosa ao território.

As dificuldades de fixação devem-se, sobretudo, à escassez de oportunidades de emprego. Apesar da taxa de desemprego se situar nos 5,1 por cento, de acordo com dados do INE, referentes ao segundo trimestre de 2004, ou seja, 2,2 pontos percentuais abaixo da média nacional, estes números estão directamente relacionados com os baixos índices demográficos.

Um fenómeno, que Pedro Dornellas, coordenador do LEADER+ Sudoeste, explica através da experiência da associação. "Na Bordeira, aprovámos um projecto de uma olaria, e a população activa empregada subiu 200 por cento com quatro postos de trabalho", refere.

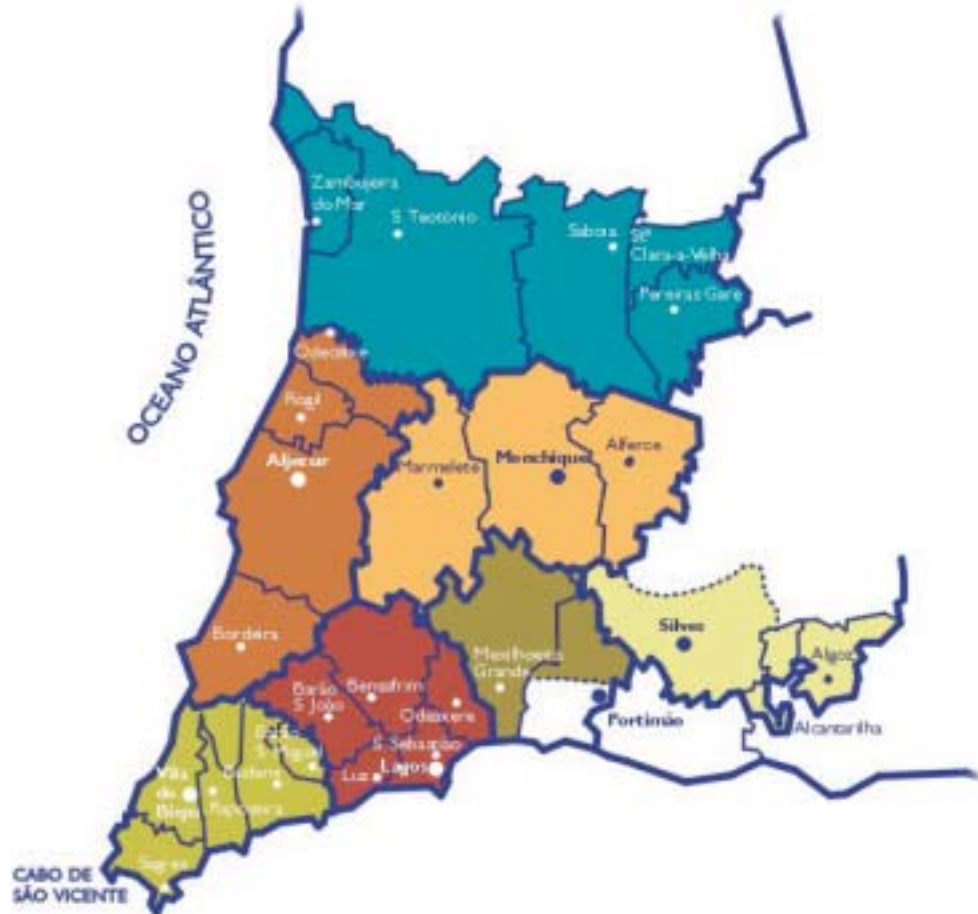
São estas condicionantes que fazem com que algumas pessoas considerem o "Sudoeste" como um "território péssimo". Um dos factores que justifica o desagrado deve-se à limitações à construção. Cerca de 80 por cento da zona de intervenção é território REN (Reserva Ecológica Nacional). Aqui, mora o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV). Ao longo de 74 786 hectares de superfície, o parque contempla um rico património ambiental. São conhecidas cerca de 750 espécies de flora de reconhecido valor científico, sendo quase 50 espécies endémicas em Portugal e uma dúzia, cuja distribuição mundial é restrita a

esta área. Porém, várias das espécies importantes que aí ocorrem encontram-se actualmente bastante ameaçadas. Em 1992, os técnicos que elaboraram a caracterização da fauna para o Plano de Ordenamento da Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (APPSACV) identificaram 50 espécies de conservação prioritária. Uma área de 134 hectares do parque, na Ponta de Sagres, está classificada como Reserva Biogenética pelo Conselho da Europa e, mais recentemente, foi designada como Zona Especial de Conservação (ZEC), integrada na Rede Natura 2000, no âmbito da Directiva Habitats. Face à riqueza existente, a conservação do património ambiental é um dos imperativos da região. Um objectivo que parece difícil, face à vizinhança “do modelo sol e praia”. Pedro Dornellas põe o dedo na ferida, assinalando que “a proximidade de um dinamismo fulgurante, em torno do turismo de sol e praia, esvazia o território de competências, massa crítica e dinamismo”. O problema é que autarquias e população têm “à frente dos olhos um modelo de desenvolvimento que não se adequa a uma zona de paisagem protegida”, acrescenta. Daí a pressão urbanística e o desagrado da população face às limitações à construção. Em síntese, Pedro Dornellas considera que “podemos dizer que a estratégia está correcta, mas, de momento, é um bocado voluntarista”. As autarquias vivem do licenciamento à construção, por isso o coordenador do LEADER+ Sudoeste defende que é “absolutamente estratégico para o território que as autarquias sejam compensadas da impossibilidade de se viabilizarem por via do betão”. Esta perspectiva assenta na ideia de que “a preservação é um bem não só local, mas nacional e universal”. Na base deste pensamento, Pedro Dornellas assinala o trabalho do professor Gomes Guerreiro que, em estudos realizados há 30 anos, deixou claro que “o papel da serra não era económico mas de reconstrução das reservas hídricas”. Por isso, Pedro Dornellas adianta que a resposta para alguns dos problemas do território reside numa política ordenada de reforestação. Uma medida que traria consigo o conseqüente repovoamento alicerçado em actividades ligadas à cortiça, ao medronho ou à pecuária.

Importância do turismo

A agricultura sempre representou uma importante actividade económica para a região. As culturas de batata-doce, amendoim, batata, milho, morango e hortícolas representam uma importante fatia na produtividade das famílias. Acresce ainda a plantação figueiras, alfarrobeiras e oliveiras, além de pomares de citrinos, e do sobreiro, cuja cortiça representa importante complemento à economia. Entre as outras actividades económicas, destacam-se a transformação agro-alimentar (enchidos e medronho), produção florestal, pesca e apanha de marisco (dourada, sargo, perceve e navalheira), sunicultura, apicultura, comércio e serviços. No entanto, a proximidade da costa não pode ser ignorada, e o turismo representa uma importante fatia da produtividade local. Praias como a Zambujeira do Mar, Foz da Ribeira de Ceixe, Arrifana, Bordeira, Carrapateira, praia do Amado, ou as praias semi-desertas a Norte de Vila do Bispo (Castelejo, Murração, Cordoama) são alguns exemplos de grande atractividade para os turistas. Ao nível do turismo cultural, as opções, apesar de menos conhecidas, também são abundantes. Na zona do parque natural escasseiam as

Zona de Intervenção LEADER+



construções com peso histórico e a arquitectura cinge-se aos edifícios de habitação, construídos em barro, sob a forma de taipa e adobe. As excepções situam-se nos principais aglomerados urbanos. À margem do parque, Silves revela-se um dos principais exemplos de riqueza histórica e arquitectónica. A cidade atingiu o seu esplendor nos séculos XI e XII, quando era chamada a “Bagdade do Ocidente”, por ser importante pólo cultural e político do *al-Gharb al-Andaluz*, cidade de poetas e filósofos, como Ibn Ammar ou o rei al-Mut’amide. Ao nível da construção, salientam-se a Sé, as igrejas de Nossa Senhora dos Mártires e da Misericórdia, a ponte medieval e a Cruz de Portugal (representação manuelina de Cristo Crucificado e a Descida da Cruz). Noutras povoações, encontramos em Aljezur, o antigo castelo octogonal árabe, a igreja Matriz e Igreja da Misericórdia, além do Celeiro dos Mouros (Bensafrim), Ermida de São Lourenço, Igreja Matriz e Forte da Boca do Rio (Budens), Farol e Fortaleza do cabo de S. Vicente. Na serra, Caldas de Monchique constitui interessante excepção paisagística, contando a presença do elegante edifício das termas, Ermida do Senhor do Pé da Cruz, Fonte dos Passarinhos, Igrejas Matriz e de S. Sebastião, ou ruínas do Convento de Nossa Senhora do Desterro. Sobra ainda o casario típico de povoações como Alferce, Algoz, Odiáxere, ou Marmeleite, a merecer visita, enquanto do ponto de vista arqueológico, o território conta com as vilas romanas da Boca do Rio (Budens) e Abicada, ou o menir do Penedo Grande (Algoz). O artesanato, patente na cerâmica, madeira, barro e cestaria, além das famosas cadeiras e bancos de tesoura, de inspiração romana, de Monchique, também merece um olhar atento dos visitantes.

João Limão



Vicentina

Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste



Doze anos passados sobre a constituição da Vicentina, fala-se com orgulho nas “marcas” que a associação vem deixando no território. A estratégia está consolidada. Os resultados são visíveis no terreno.

Salientando o “vazio total” que existia quando a Vicentina surgiu e aludindo à quantidade de iniciativas e organizações que de lá para cá foram aparecendo no território, Pedro Dornellas, coordenador do LEADER+ Sudoeste, não tem dúvidas de que a estratégia está correcta e perfeitamente actual. “De certeza que não fazemos da melhor maneira”, diz, mas “cada vez vamos sabendo melhor como é que não se faz”.

Uma estratégia já expressa no plano de acção apresentado em 1995 (no âmbito do Programa LEADER II) e que se vem consolidando não só através deste Programa mas também do PAMAF, ILE, RIME, Youthstart, PPDR (Centro Rural Noroeste Vicentina), Integrar, PIPPLEA, EQUAL, AGRIS, consubstanciada numa rede de gabinetes locais. Uma “estratégia datada localmente”, montada em parceria com as autarquias e outras entidades que vem permitindo dar resposta às solicitações das populações e criar dinâmicas locais, fazendo chegar os sistemas de incentivos às freguesias mais recônditas da Zona de Intervenção (ZI). O processo de instalação dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento nos

concelhos intervencionados regista altos e baixos mas o balanço é extremamente positivo, nas palavras de Pedro Dornellas, que sublinha o facto de se verificar uma maior captação de fundos onde existe gabinete, já para não falar da dinamização socioeconómica e cultural prestada pelos mesmos.

Com a equipa a minuar, porque - tal como foi estrategicamente definido pela associação à partida - os técnicos distribuídos pela ZI (integrados nos gabinetes de apoio) vão sendo assumidos pelas parcerias locais (autarquias e outras entidades), a Vicentina tem actualmente três projectos em curso: LEADER+, Projecto “Ante Mare - Turismo, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no Sudoeste”, no âmbito do Programa EQUAL, e três Planos de Intervenção (“Vale das Hortas”, “Valorizar Odiáxere” e “Viver Marmeleite”), ao abrigo da sub-acção 7.1 da Medida AGRIS.

“O programa LEADER+ é um excelente instrumento mas não é exclusivo, nem podia ser”, defende Pedro Dornellas frisando, contudo, o trabalho desenvolvido pela associação no capítulo da cooperação LEADER+, designadamente em Moçambique.

Vicentina
Rua Direita, nº 13
8600-069 Bensafrim - Lagos
Telefone: 282 680120
Fax: 282 680129
E-mail: vicentina@vicentina.org

Órgãos sociais

Mesa da Assembleia-Geral: *Presidente* Joaquim Castro Lopo (jornalista em Angola, actualmente reformado) | *Vice-Presidente* Alice Pisco (técnica na CCCR Algarve) | *Secretária* Margarida Correia (secretária da Direcção da Vicentina) | **Direcção:** *Presidente* Aura Maria Penacho da Silva Fraga (responsável pela formação e projecto “Ante-Mare”/EQUAL) *Secretária* Sónia Isabel Nobre Felicidade (coordenadora dos Planos de Intervenção da sub-acção 7.1, Medida Agris) *Tesoureiro* José Pedro Bustorff Dornellas Cysneiros (Coordenador do LEADER+ Sudoeste) | **Conselho Fiscal:** *Presidente* Vitor Manuel Alves de Campos (contabilista) *Secretário* Rui Manuel da Costa Ramos (sócio-gerente de empresa de contabilidade) *Relator* Manuel Fernandes Calado (presidente da Direcção da ARBA - Associação de Regantes do Barlavento Algarvio)

Comissão de Análise LEADER+ Sudoeste

Pedro Dornellas/Vicentina (coordenador do LEADER+ Sudoeste); Carla Cotovio/Vicentina (Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento de Silves); Carla Santos/Vicentina (Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento de Odemira); Carlos Albano/Vicentina (Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento de Monchique); Helder Guerreiro/TAIPA (Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento de Odemira); Rogério Rosa, Paulo Oliveira/Câmara Municipal de Aljezur (CADE - Centro de Apoio ao Desenvolvimento)

Conselho de Parceiros LEADER+ Sudoeste

Composto por parceiros sócios e não-sócios da Vicentina.

Parceria LEADER+ (GAL)

Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; Fortaleza de Sagres - Instituto Português do Património Arquitectónico; Escola Básica 2º e 3º Ciclos de Damião de Odemira; Escola Básica Integrada Eng.º Manuel R. Amaro da Costa; Centro de Emprego de Lagos; Câmara Municipal (CM) de Aljezur; CM de Lagos; CM de Monchique; CM de Odemira; CM de Silves; CM de Vila do Bispo; Junta de Freguesia (JF) de Alcantarilha; JF de Alferce; JF de Aljezur; JF de Barão de São João; JF de Bensafrim; JF de Budens; JF de Marmeleite; JF de Monchique; JF de Odeceixe; JF de Odiáxere; JF de Pereiras-Gare; JF do Rogil; JF de Sagres; JF de Sabóia; JF de Santa-Clara-a-Velha; JF de São Teotónio; JF de Silves; JF de Vila do Bispo; JF de Zambujeira do Mar; TAIPA - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira; Terras de Santa Maria - Associação para a Valorização da Base Sócio-económica das Freguesias de São Marcos da Serra e do Alferce; Freguesias de São Marcos da Serra e Alferce; INPECO - Instituto Português de Ecologia; Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur; Associação para a Inserção e Desenvolvimento do Concelho de Vila do Bispo; Associação dos Bombeiros Voluntários de Aljezur; Associação Humanitária da 3ª Idade D.ª Ana Pacheco; Santa Casa da Misericórdia de Lagos; Associação de Apicultores do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; ASCAL - Associação de Criadores de Gado do Algarve; Associação dos Pescadores do Portinho da Arrifana e Costa Vicentina; Associação de Produtores de Batata-doce de Aljezur; ASPAFLOBAL - Associação dos Produtores Florestais do Barlavento Algarvio; Associação de Regantes e Beneficiários de Alvor; Adega Cooperativa de Lagos CRL; Coopazur - Cooperativa Agrícola do Concelho de Aljezur; Fruticoop - Cooperativa Agrícola dos Fruticultores de Lagos CRL; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de São Teotónio, CRL; Pousada de Santa Clara; ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, SA; VICENTINA - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste; Centro de Emprego de Sines; Associados Individuais.

Associados

A Vicentina tem, actualmente, 54 sócios, a maioria em nome individual (boa parte técnicos da associação).

PDL LEADER+

Valorizar os recursos naturais e culturais

Numa lógica de aproveitamento de todos os recursos, endógenos e exógenos, a Vicentina aposta na “valorização dos recursos naturais e culturais”. Fá-lo não pela “grande riqueza natural e cultural que o território indubitavelmente tem, não pelo indeclinável imperativo moral perante os outros e as gerações vindouras de preservar esta riqueza, mas porque é em torno desta mesma riqueza que, directa ou indirectamente, pulsa toda a vida social, económica e mesmo política do Sudoeste”.

Uma estratégia - que se inscreve “em absoluto” nos objectivos da acção da Vicentina - expressa no Plano de Desenvolvimento Local (PDL), no âmbito do Programa LEADER+ nos seus objectivos: inversão do processo de rarefacção populacional, como condição indispensável à própria manutenção das suas características ambientais; desenvolvimento de uma cultura empreendedora em torno das características ambientais e do património cultural, de modo ao território poder vir, a prazo, a transformar as suas virtualidades neste domínio em vantagens competitivas no terreno da economia de mercado; criação de um consenso em torno da valia ambiental do território, condição para uma conjugação virtuosa de esforços e energias dos actores locais, e prevenção de movimentos político-sociais e económicos fracturantes

Na certeza de que existem no território fragilidades que não permitem uma solução sustentada somente nos recursos endógenos, a Vicentina “bate-se” a outros níveis (recursos humanos, materiais, organizativos, tecnológicos, científicos e culturais), apoiando iniciativas nos domínios da agricultura, turismo, comércio e serviços, preservação e promoção do território, gestão de recursos naturais, património cultural, artesanato e formação profissional.

O circuito de decisão é, segundo o coordenador do GAL, Pedro Dornellas, “exemplar”. O técnico que recepciona e formaliza o projecto emite um parecer; os projectos seguem para a Comissão de Análise que também dá o seu parecer, e chegam à Direcção onde são ou não aprovados. O promotor pode recorrer da decisão, levando o projecto ao “conselho de parceiros” (ainda que a decisão final continue a pertencer à Direcção). No caso de um “promotor excepcional” (promotores que pertençam à comissão de análise ou à Direcção da Vicentina), os projectos transitam directamente para o conselho de parceiros.

De acordo com dados da associação, o investimento total aprovado até 26 de Agosto último era de 2 076.112,12 euros (dos 5 273.046,93 programados no PDL) assim distribuídos: 774.366,87 Medida 1, 663.861,71 euros Medida 2 e o restante na Medida 4, num total de 64 projectos.



Pedro Dornellas
Coordenador LEADER+

Com um ano de idade apenas Pedro Dornellas vai para Angola. Regressa em 1978, como engenheiro técnico agrário e experiência de trabalho condizente. Em 1981 rumo a Moçambique para trabalhar em desenvolvimento. Quando volta a Portugal, em 1988, instala-se no Algarve “para fugir do frio”; começa a fazer projectos agrícolas na União das Caixas Agrícolas do Algarve. Dá formação no Alentejo... Colabora na candidatura da Terras Dentro ao LEADER II e segue... para a Vicentina, que ajuda a constituir. Defendendo que não tem perfil para presidente, mas “mais de director executivo”, Pedro Dornellas prepara uma nova fase na sua vida: Moçambique. “Tenho 53 anos, se quero voltar a África, é agora ou nunca...”.



Carla Cotovio
Técnica do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento de Silves

Terminado o curso de engenharia alimentar, não demorou muito tempo para que esta algarvia de Ferragudo, de 32 anos de idade, embarcasse na “aventura” da formação, em Pedrógão (Alentejo), na área de pastelaria e doçaria. Fica ligada à promotora da formação, e trabalha numa empresa de produtos alimentares até que, em 1998, é convidada para uma formação promovida pela Vicentina. *Pâtés* e outras conservas marcam a primeira aproximação à associação, que se prolonga noutros cursos. Um ano depois, passa para a intervenção LEADER. Carla Cotovio tem acompanhado o programa nos concelhos de Lagos e Vila do Bispo, mas muito brevemente vai centrar-se unicamente no de Silves, “inaugurando” o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento de Silves (iniciativa da Vicentina).



Carla Santos
Técnica do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento de Odemira

Nascida em Vila de Frades, Vidigueira, há 27 anos, Carla Santos formou-se em economia, no ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão. Passou pela banca, em Lisboa, mas afirma que “sempre quis trabalhar em desenvolvimento local”. Conhece a Vicentina através de um anúncio na imprensa e, em 2000, entra na associação, para trabalhar no programa PIPPLEA. Depois surge o Programa LEADER e “fica” responsável pela dinamização do programa no concelho de Odemira, através do Gabinete de São Teotónio. Prestes a deixar a Vicentina por razões profissionais, Carla Santos confessa que foram “quatro anos de aprendizagem”, a desenvolver um “trabalho muito aliciente”.



Carlos Albano
Técnico do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento de Monchique

Depois do curso (Engenharia Biofísica), Carlos Albano regressa à terra onde nasceu: Silves. Após uma breve passagem pelo ensino, chega à Vicentina em 1996 para integrar a equipa LEADER II. Desempenhando funções no Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento de Monchique desde a sua criação (em 1997), Carlos Albano acompanha o programa LEADER+ e o projecto “Viver Marmeleite”, no âmbito da Medida AGRIS, sub-acção 7.1. Sempre que possível dá formação nas áreas da conservação da natureza, educação e sensibilização ambiental, entre outras. Mantendo ideias de outros projectos ainda não concretizados, Carlos Albano afirma que o envolvimento destes anos nas questões do desenvolvimento local o levarão a manter uma ligação estreita a este campo no futuro.

Textos de Paula Matos dos Santos

Um fim-de-semana no... Sudoeste

Da Costa Vicentina a Monchique

Um território extenso, o deste canto sudoeste. Alentejo e Algarve ligados por uma característica faixa litoral e envolvendo uma das serras mais bonitas do país. Para o viajante que dele toma contacto, o aliciante das oportunidades - mar e serra, praia e sol, agricultura, património. Quase sempre uma paisagem deslumbrante, daquelas que apetece reter na memória, quando não se pode usufruí-la na vivência.

Começamos o nosso percurso em Vila do Bispo. Percorramos as ruas alvas da vila, percamo-nos no contacto com a gastronomia ou com o artesanato. Mas deixemos tempo para nos internarmos na mata, utilizando o percurso da natureza recentemente montado pela respectiva Junta de Freguesia que, ao longo de cerca de três quilómetros nos leva ao contacto com a fauna e a flora locais ao mesmo tempo que nos permite usufruir da paisagem. Dos pontos mais altos vislumbramos o mar, a oeste e a sul. Mais perto das falésias, imponentes, descobriremos lá ao fundo as inesquecíveis línguas de areia das praias da costa vicentina. Se não nos perdermos, logo ali, poderemos continuar o passeio, para nos confrontarmos com uma outra marca patrimonial da região - o Megalitismo do Barlavento Algarvio. A descoberta dos menires pode ser feita através do "Roteiro do Monte dos Amantes" onde, para lá do interesse histórico nos podemos perder no mito. Um dos monólitos era usado pelas mulheres da região, que nele se esfregavam para melhor conceberem. Esfreguemo-nos então, quanto mais não seja para partilharmos as esperanças de milénios.

Há lugares de inevitável atracção, sempre que deles nos aproximamos. É o caso de Sagres e do seu promontório sacro, ligado à génese da maior gesta do povo português.

Iniciemos depois a caminhada para norte, ao longo da faixa litoral inserida no Parque Natural do Sudoeste Algarvio e da Costa Vicentina, confrontando os complexos dunares e as plataformas agrícolas que convivem com a natureza. Observemos o equilíbrio instável entre o povoamento humano e a natureza, quase sempre sabiamente resolvido pelas populações ao longo dos séculos. Equilíbrio que nunca poderá ser mantido se cairmos na tentação de modelos de crescimento como os do litoral algarvio.

Em Aljezur justifica-se subir ao Castelo, muito anterior à nossa nacionalidade. Dizem que os cavaleiros cristãos, que o conquistaram em 1249, mostraram uma valentia invulgar, devida a uma poção mágica. E a poção mágica, diz a lenda, não seria mais do que a feijoada de batata-doce, prato tradicional da terra, que é preciso provar pelo menos uma vez na vida. E depois, se houver coragem, deliciar-se com perceves, conquistados à rocha em desafio permanente com o mar.

Entremos depois no concelho de Odemira, pela freguesia de S. Teotónio. Se quisermos, demos uma saltada ao mar, à

Zambujeira, para dele nos despedirmos. O projecto é internarmo-nos na terra, até à barragem de Santa Clara. Antes, visitemos a povoação de Santa Clara-a-Velha, alva e harmoniosa nos seus brancos tipicamente alentejanos. É sítio de comer bem e onde se pode adquirir uma lembrança de viagem no artesanato local. Depois, há que subir à barragem, para admirar a albufeira e apreciar a originalidade da sua engenharia.

Atravessemos agora, a caminho do sul, a magnífica serra de Monchique. Percorramos os olhos pelo ondulado das montanhas, a perder de vista. Lamentemos a destruição provocada pelos fogos de 2003 e retomemos a esperança ao ver despontar, por todo o lado, o verde intenso. Os medronheiros rebentam viçosos e são penhor de breves colheitas, para retomar a tradição das aguardentes.

Monchique, que alguns apelidam da Sintra do Algarve, surge inesperada no meio da serra. Envolvida em vegetação, alguma centenária, pode e deve ser ponto de partida para a descoberta. Porque não aproveitar as sugestões de Turismo de Aventura pela Serra de Monchique? Obrigatório é ir à Fóia, o pico mais elevado ao sul do Tejo, de onde se vislumbra uma enorme extensão, Alentejo a norte, Algarve a sul. E, mais abaixo, já a caminho do litoral algarvio, parar nas Caldas de Monchique e aproveitar para usufruir das virtudes terapêuticas das suas águas.

Mas se for a Monchique não se esqueça de procurar as célebres "cadeiras de tesoura", uma original peça de mobiliário que encontra a sua origem nos tempos romanos e que constitui um dos seus *ex-libris*. Se bem que eu, mais do que da cadeira, guarde memória de uma confortável rede, em que me perdi uma noite, contemplando as estrelas e ouvindo o silêncio do Alentejo. Digerindo mentalmente essa orgia de motivos de interesse proporcionado a quem, contra ventos e marés, se atreve a percorrer os caminhos do Sudoeste.

Francisco Botelho

O projecto "A descoberta do Algarve Rural" produziu roteiros com percursos pela Costa Vicentina e pela Serra de Monchique. Se demandar aquelas paragens não se esqueça de as obter em qualquer posto de turismo. São propostas qualificadas que têm como marca de diferença o respeito e a sensibilidade por um mundo rural ainda genuíno.



Francisco Botelho




para dormir

-  **Cerro da Fontinha - Brejão**
7630 575 São Teotónio
Tel.: 282 949 083
Email info@cerrodafontinha.com
www.cerrodafontinha.com
-  **Quinta da Corte de Monchique Agro-Turismo,Lda**
Corte Grande - Monchique
8550-909 Monchique
Tel.: 282 911 290
E-mail: quintadacorte@mail.com
- Pousada de Santa Clara-a-Velha**
Barragem de Santa Clara-a-Velha
7665-879 Santa Clara-a-Velha
Tel.: 283 882 250
- Hotel "Colina dos Mouros"**
Apartado 2 Sítio do Pocinha Santo
8300-999 Silves
Tel.: 282 440 420





para comer

- Restaurante "Vila Lisa"**
Rua Francisco Bivar n.º 52
Mexilhoeira Grande 8500 Portimão
Tel.: 282 968 478
- Restaurante "A Charrete"**
Rua Dr. Samora Gil n.º 30/34
8550 Monchique
Tel.: 282 912142
- Restaurante-Bar "A Lareira"**
Sítio do Palheiro, 4
8670-130 Aljezur
Tel.: 282 998 440
- Vila Velha**
Rua Patrão António Faustino
8650 Sagres
Tel.: 282 624 788
- Restaurante Eira do Mel**
Estrada do Castelejo
8650-999 Vila do Bispo
Tel.: 282 639 016
E-mail: eiradomel@eiradomel.com
www.eiradomel.com

para visitar

- Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
- Museu de Silves (Arqueológico e da Cortiça)
- Necrópole Megalítica de Alcalar - Mexilhoeira Grande, Portimão
- Castelo de Silves
-  Circuito histórico-cultural de Aljezur
Fortaleza de Sagres
-  Parque do Castelejo - Vila do Bispo
-  Percurso do Monte dos Amantes - Vila do Bispo
Quinta dos Avós - Algoz

para levar

-  Aguardente de Medronho
-  Batata-doce
-  Pastéis de batata-doce
- Perceves
- Mel de Monchique e de Silves
-  Enchidos de Monchique
- Laranja de Silves
- Pão

“ Parar para pensar é fundamental ”

Licenciado em Economia, Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve e Professor Convidado do ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), autor de diversas obras sobre a temática da agricultura e desenvolvimento rural, António Covas dá, a pedido do *Pessoas e Lugares*, resposta a algumas questões sobre o ordenamento (ou a falta dele) dos territórios em meio rural.

O que é o ordenamento e qual a sua importância para o desenvolvimento dos territórios, designadamente em meio rural, e em Portugal?

O ordenamento, o planeamento e a gestão do desenvolvimento dos territórios são actividades ou “serviços mínimos” que qualquer administração racional deve inscrever, em permanência, na sua agenda técnico-política. Trata-se de fazer uma utilização criteriosa dos recursos disponíveis que, por serem sempre escassos, são determinados, por um lado, pelo interesse público e reclamam, por outro, a responsabilidade social dos seus titulares. Por isso, interesse público relevante, responsabilidade social indeclinável, gestão criteriosa de recursos, acção colectiva legitimada, são os critérios que eu entendo deverem presidir a uma política de ordenamento rural em sentido largo. Trata-se de um imperativo categórico, de sociedade e de cultura que, infelizmente, ainda não atingiu este estatuto em Portugal. Basta ver o lugar no *ranking* ministerial ocupado pelo ministério da agricultura para retirar daí, imediatamente, a ordem de prioridades estabelecida no nosso país. O território pode ser encarado como recipiente, recurso, entidade e autoridade. A cultura dominante do território português é essencialmente conservadora e reactiva e esta atitude não se compadece com uma política compreensiva e pró-activa de ordenamento e desenvolvimento dos territórios. A diferente prioridade político-cultural, com repercussão directa no sistema de produção-conservação-diversificação dos territórios rurais, faz toda a diferença entre Portugal e os países europeus mais desenvolvidos.

Que medidas políticas foram significativas para o ordenamento das zonas rurais no nosso país e qual o seu impacto?

Em Portugal ainda se confunde produção legislativa com políticas públicas para o mundo rural. Esquece-se, frequentemente, que a complexidade é o preço a pagar pela diversidade. O nosso seguidismo em relação à política agrícola comum formatou as políticas e os instrumentos enquanto a administração pública ocupava o seu tempo a justificar-se burocraticamente perante Bruxelas. Deitámos muito dinheiro para cima dos problemas para materializar as altas taxas de execução dos programas operacionais e assim sossegar as nossas consciências de alunos bem comportados. Como consequência, o nosso desempenho foi reconhecido mas os problemas permaneceram. Quer dizer, no plano formal cumprimos as orientações europeias, no plano da economia real os resultados e os problemas são recorrentes. Neste momento, julgo que reina um silêncio ensurdecido à volta do mundo rural português. Estamos perante o sector mais conservador da economia nacional. O *establishment* tomou conta da ocorrência, isto é, a actividade ou, melhor dito, os fundos canalizados para a actividade foram capturados pelos grupos de interesse com acesso privilegiado ao poder político. Só assim se compreende este silêncio inquietante que apenas os incêndios florestais fazem despertar. Se fosse necessário sublinhar a importância crucial do ordenamento, planeamento e gestão do desenvolvimento territorial bastaria lembrar que os incêndios geralmente não acontecem na floresta industrial ou nas reservas de caça turística, independentemente de concordarmos ou não com a lógica que preside a estas actividades. Seja como for, faltam-nos elementos básicos de referência que nenhuma diploma legal será capaz de preencher: trinta anos depois do 25 de Abril não temos um sistema de informação geográfica digno desse nome, não fomos capazes de rejuvenescer o tecido social da agricultura, não desenvolvemos uma rede de médias cidades no interior, não colocámos as universidades e as escolas superiores agrárias ao serviço do mundo rural, a responsabilidade social dos proprietários da terra não

foi equacionada, uma lei arrojada de arrendamento rural não foi sequer imaginada. Ficámos prisioneiros de vários estigmas, que o tempo ultrapassou, e que são outros tantos sinais do nosso arcaizante pensamento agro-rural: a propriedade agrícola, a reforma do agricultor, os direitos adquiridos, as organizações representativas do sector, o contra-poder ambientalista. Os actores fizeram ou fazem marcação à zona, neutralizando-se. Assim se faz a política agrícola em Portugal.

Que sugestões dá às Associações de Desenvolvimento Local, especialmente àquelas que são gestoras do Programa LEADER+, no que diz respeito ao ordenamento do espaço rural?

As actividades de ordenamento, planeamento e gestão do desenvolvimento territorial são decisivas para consolidar as associações de desenvolvimento local, em especial, no que poderia ser designado como o *soft-policy*: a divulgação/sensibilização dos novos direitos de ordenamento-conservação-diversificação, a referenciação das boas práticas territoriais, o *networking* ou a reticulação dos interesses e dos actores, o desenvolvimento de novas acções colectivas, do micro-empendedorismo e da responsabilidade social dos agentes.

Julgo que se impõe uma reflexão interna ao movimento do associativismo local, não só no sentido de apurar a sua estrutura interorganizacional como, sobretudo, de antecipar a nova fase que se avizinha com a mais do que provável “racionalização” de políticas públicas para o mundo rural. Há, claramente, um défice de pensamento conceptual sobre a próxima geração de programas e políticas. O movimento não pode andar eternamente à boleia de programas e projectos concebidos e estruturados por terceiros. O movimento devia fazer um pouco de doutrina acerca dos programas em que tem participado, dos resultados obtidos e reflectir sobre a sua própria má consciência acerca dos mesmos. O tempo longo corre a favor do movimento e dos seus ideais mas não é possível ser *free raider* todo o tempo. Parar para pensar é fundamental.

Qual é o futuro dos territórios em meio rural em Portugal?

Não tenho qualquer dúvida de que o futuro dos territórios rurais em Portugal é muito promissor. A minha dúvida é saber se, para tanto, é necessário bater no fundo e, logo de seguida, apelar ao patriotismo nacional para exorcizar todos os males que nos afectam. Mais uma vez o exemplo dos incêndios é elucidativo a este propósito. Seja como for, quero crer que só a regionalização do território continental reunirá condições para juntar uma massa crítica de instrumentos de intervenção e consolidar os territórios rurais. A situação actual é pouco eficaz porque é muito casuística, independentemente da boa vontade das associações de desenvolvimento local. A casuística é perigosa para o ordenamento e o desenvolvimento porque acaba por ser, muitas vezes, discricionária por parte das autoridades administrativas e autárquicas, justamente por lhes faltar uma visão compreensiva e integrada dos problemas. Quero crer que o plano de desenvolvimento regional é o quadro apropriado para não só consolidar os territórios rurais como o próprio movimento associativo do desenvolvimento local e, bem assim, uma opinião pública regional mais esclarecida. Até lá é preciso resistir, estando permanentemente de sobreaviso quanto às prioridades políticas nacionais para o mundo rural. A União Europeia pode ser um bom aliado nesta causa do desenvolvimento rural, nas três dimensões que aqui enunciei: produção-conservação-diversificação. É pelo menos essa a orientação que se anuncia para o segundo pilar da PAC. Do nosso lado, não há obstáculos técnicos intransponíveis. Tudo depende das nossas prioridades políticas.

O mundo rural revisitado

A sociedade industrial veio provocar um tipo de urbanismo funcionalista que tirou partido da evolução tecnológica para a divisão do território em funções bem marcadas.

A dicotomia cidade-campo acentuou-se, com a clara tendência para o abandono do meio rural e com o excessivo crescimento de cidades circundadas por periferias degradadas.

Dentro das cidades, ordenadas por um estado centralizado e centralizador, as diversas funções (habitacional, lazer, emprego) originaram ocupações exclusivas do território e nas periferias proliferou a construção clandestina com função habitacional.

No meio rural, em resultado de uma agricultura em desvantagem concorrencial com a indústria, a população reduziu-se de forma acentuada.

A tirar partido das grandes concentrações urbanas, o comércio evoluiu para as grandes superfícies, alimentadas pela indústria, pela agro-indústria e por uma agricultura industrializada que muito contribuiu para a degradação da qualidade dos produtos.

A esta sociedade pós-revolução industrial tem estado a suceder uma nova realidade – a sociedade pós-moderna.

Ao capitalismo do período industrial tem estado a suceder o capitalismo do conhecimento. A uma sociedade com estratos sociais bem marcados tem estado a suceder uma sociedade com inúmeros grupos sociais mais difusos que se criam em função do lazer, da grande multiplicidade de profissões, dos diferentes níveis de formação, etc.. É a sociedade hipertexto, na terminologia de François Ascher.

A evolução do meio de transporte individual, as novas tecnologias de informação e comunicação permitem agora a criação de novas centralidades, quer pela qualificação de cidades médias quer pela requalificação urbana das periferias degradadas.

A degradação da qualidade de vida nas cidades não evoluiu da forma pretendida pois que antes era condicionada por periferias degradadas e hoje persiste com o excessivo crescimento do transporte individual. O crescimento e requalificação urbana de cidades médias, ao longo do país, com a criação de novos empregos, com as facilidades provocadas pelo transporte individual, com as novas tecnologias, levou a que muitas pessoas prefiram regressar à proximidade do campo.

No meio rural, as pessoas encontram maior desafogo para habitar, melhor qualidade ambiental, mais fácil acesso a produtos locais de qualidade.

As políticas de desenvolvimento de um território como é o português devem ser, mais que políticas de fomento à agricultura, políticas de desenvolvimento rural.

O Programa LEADER tem sido um contributo significativo nesta lógica do desenvolvimento do território. De facto, desde o seu início, esta iniciativa comunitária tem acentuado a necessidade de prosseguir com o desenvolvimento do meio rural, através de apoios que valorizem o património e o ponham ao serviço de uma sociedade com grande mobilidade e ávida de mergulhar nas suas raízes rurais, através da valorização de produtos locais de qualidade que constituem, também eles, um preciosíssimo património que importa não perder, enfim, através de tudo o que possa contribuir para a manutenção de uma população rural com qualidade de vida sustentável.

O desenvolvimento global que se pretende sustentável assenta na sustentabilidade económica, na sustentabilidade ambiental e na sustentabilidade social.

Claramente, desde o seu início, o Programa LEADER assenta nestes princípios que agora são considerados os pilares nos quais deve assentar o desenvolvimento.

David Catarino

Presidente da Câmara Municipal de Ourém



Fotovisão / ADAE

O método LEADER no desenvolvimento sustentável

Quando foi publicada a comunicação da Comissão Europeia aos Estados-membros em 1999 sobre a Iniciativa Comunitária LEADER+, o desenvolvimento sustentável era referido de maneira clara como objectivo essencial: "A iniciativa [LEADER+] visa incentivar a aplicação de estratégias originais de desenvolvimento sustentável integradas e de grande qualidade (...). Daí que o LEADER+ mantenha a sua função de laboratório no objectivo de fazer emergir e experimentar novas abordagens de desenvolvimento integradas e sustentáveis que influenciem, completem e/ou reforcem a política de desenvolvimento rural da Comunidade Europeia". De igual modo, no que diz respeito à estratégia de desenvolvimento territorial, a mesma comunicação referia que "a estratégia deve justificar a sua viabilidade económica e o seu carácter sustentável, no sentido de uma utilização dos recursos que não comprometa as opções das gerações de amanhã."

Estas referências ao conceito de desenvolvimento sustentável, tal como definido na conferência internacional do Rio de Janeiro em 1992, abriam perspectivas fundamentais para o Programa LEADER e mereciam uma atenção particular como foi notado pela Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II. (ver Caderno Temático n.º 11 "Desenvolvimento sustentável - uma referência comum"; Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II, Novembro 2001)

Em primeiro lugar, isso permitia ligar a metodologia LEADER, pouco conhecida fora de certos círculos europeus, a um conceito oficialmente reconhecido a nível mundial por mais de 182 países que assinaram os acordos internacionais elaborados na conferência do Rio de Janeiro. A partir desta altura, o desenvolvimento sustentável passou, de facto, a ser um objectivo cada vez mais partilhado, e a impor-se progressivamente como uma referência universal a nível mundial em matéria de desenvolvimento.

Em segundo lugar, a metodologia LEADER com as suas sete especificidades, formalizadas em 1999 pelo Observatório Europeu LEADER II, trazia uma mais-valia fundamental em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável, mostrando como o desenvolvimento sustentável com as suas quatro dimensões (económica, ambiental, social e institucional) passa pela abordagem territorial, integrada, ascendente (trabalho com a população), pela concertação e gestão a nível local, nomeadamente através da constituição de uma parceria local, pela descentralização das decisões de financiamento e pela cooperação directa entre os territórios e a organização em rede. Estas características LEADER eram, por assim dizer, um contributo metodológico de grande valor para o desenvolvimento sustentável, pelo menos em meio rural, indo ao encontro dos princípios elaborados no Rio de Janeiro.

Este contributo do LEADER é muito importante quando se verifica que as Agendas 21 - expressão da aplicação local do desenvolvimento sustentável - são ainda muitas vezes a expressão de um plano de gestão do ambiente, pensado essencialmente pelas câmaras municipais, sem a real integração das componentes social, económica e institucional e sem uma forma de concertação, de co-decisão e de co-gestão com a sociedade civil que seja tão avançada como são as parcerias locais (Grupos de Acção Local - GAL/Associações de Desenvolvimento Local - ADL). A "fertilização cruzada" das duas abordagens podia ser portanto de um grande interesse para permitir a emergência de novas metodologias de desenvolvimento sustentável mais em conformidade com o conceito definido no Rio de Janeiro.

Em terceiro lugar, a experimentação da metodologia do LEADER fora da União Europeia, nomeadamente nos países do Sul (Brasil, Cabo Verde, países do Magreb, etc.), tende a confirmar o interesse mais universal desta metodologia em relação a objectivos específicos e diversificados do desenvolvimento sustentável, tais como a luta contra a pobreza, a luta contra a desertificação, a revalorização do património local, a gestão de situações pós-conflito, a melhor repartição dos recursos, etc. Havia contudo necessidade de encontrar uma referência metodológica comum que não o LEADER que tem uma conotação europeia, mas procurando um conceito de âmbito mundial. O desenvolvimento sustentável oferecia um quadro ideal para este efeito.

14 anos de experiência LEADER mostraram que uma evolução não depende apenas do local

Face a estas perspectivas, o que ficou, cinco anos mais tarde, da vontade declarada na Comunicação aos Estados-membros de inscrever o LEADER+ no desenvolvimento sustentável? A ausência de Observatório europeu deixou, sem dúvida, um grande vazio, não permitindo assegurar a continuidade do trabalho desenvolvido no LEADER II e dar uma perspectiva de sistematização e racionalização da metodologia LEADER no conceito de desenvolvimento sustentável. Por conseguinte, verifica-se hoje que, na maioria dos casos, "LEADER" e "desenvolvimento sustentável" continuam a ser conceitos que se ignoram mutuamente. Também no terreno os actores do LEADER e do desenvolvimento sustentável continuam, na maioria dos casos, a trabalhar separadamente e em paralelo e, às vezes, até em conflito, ficando o LEADER nas ADL e as Agendas 21 nas câmaras municipais. Contudo, existem também óptimos exemplos de sucesso da aplicação da Agenda 21 no LEADER.

Finalmente, podemos perguntar se estamos condenados a trabalhar "cada um na sua capela" ou podemos esperar que um dia a ideia da parceria no sentido profundo da palavra (parceria horizontal a nível local, regional, nacional e parceria vertical entre estes diversos níveis) - a ideia mais inovadora e fundamental do LEADER se torne uma realidade portadora de um verdadeiro desenvolvimento sustentável? Os 14 de anos de experiência LEADER mostraram que uma evolução positiva neste sentido não depende apenas do nível local. É pela mobilização de todos, da Comissão Europeia aos ministérios, das ADL às câmaras municipais e as redes de animação a nível nacional e europeu, que se poderá conseguir que o desenvolvimento sustentável passe a ser uma referência comum na qual se inscreve o LEADER, em articulação e complemento com outras abordagens que também se inscrevem nesta perspectiva (como, por exemplo, a economia solidária, as novas formas de ligação entre a cidade e o campo, de cooperação descentralizada, etc.). Isso será também uma condição da continuidade da metodologia LEADER, passando da metodologia inovadora de uma iniciativa comunitária dos anos 1990 e 2000 a uma parte constitutiva e integrante essencial da metodologia do desenvolvimento sustentável sobre a qual se deverá construir o mundo das gerações futuras.

Samuel Thirion
INDE

Memórias de Vila do Bispo - exposição e livro

Concebida e organizada pela Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Vila do Bispo, com o apoio das gentes deste município, realizou-se, pelo segundo ano consecutivo, em Julho, na Santa Casa da Misericórdia de Vila do Bispo, a exposição "Vila do Bispo – Memórias de um Concelho".

Resultado de uma recolha de fotografias antigas, esta exposição reuniu cerca de 50 fotografias retratando aspectos da agricultura, do património, das gentes e das tradições do "tempo dos nossos avós". Esta iniciativa, acompanhada de uma brochura com várias fotografias e pequenos textos explicativos, foi apoiada pelo Programa LEADER+

através da Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste.

A criação de um fundo documental sobre o concelho e a edição de um livro foram também objectivos desta recolha fotográfica levada a cabo por aquela associação de defesa do património de Vila do Bispo.



Vicentina



Repensar a História de Vila do Bispo
João Velhinho; Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Vila do Bispo, 2004

Editado pela Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Vila do Bispo, com textos do presidente daquela associação, João Velhinho, "Repensar a História de Vila do Bispo" surge para tentar responder a muitas perguntas sobre a história de Vila do Bispo: Terá efectivamente o Bispo D. Fernando

Coutinho dado origem ao topónimo Aldeia do Bispo no século XVI? Quando se conhecem documentos do século XIV onde a Aldeia do Bispo já é mencionada? Quantos menires decorados estão registados em Vila do Bispo? Onde se localizou a Vila do Infante? Resultado de mais de 10 anos de investigação, esta publicação toma em conta os resultados obtidos no terreno para resgatar e reinterpretar a "história local" do esquecimento de séculos.

Plantar Aromas

Realizou-se no passado dia 2 de Setembro, no Salão Nobre da Autarquia de Mortágua, a apresentação pública do projecto "Plantar Aromas". Este projecto surge na sequência da entrega, pela CABA - Cooperativa Agrícola Beira Agueira, de uma candidatura ao Programa LEADER+ ADICES e assenta numa parceria entre diversas entidades e empresas da região.

Trata-se de um projecto de experimentação e demonstração do cultivo de plantas aromáticas e medicinais, em modo de produção biológica, tendo como objectivos: valorizar as potencialidades agrícolas do concelho; introduzir culturas e modos de produção alternativos; estimular o surgimento de novas explorações; promover o rejuvenescimento da comunidade agrícola; reforçar o associativismo.

As principais actividades do projecto são: instalação de um campo de demonstração; certificação biológica dos terrenos e extractos das plantas; preparação do produto para comercialização (secagem e embalagem); dinamização do circuito de comercialização.

O campo de demonstração já está a funcionar na Várzea de Vila Nova, zona agrícola por excelência do concelho, e ocupa uma área de 2 500 m², integrando 17 espécies distintas, nomeadamente Alfazema, Cidreira, Coentros, Espinheiro alvar, Hipericão, Hipericão do Gerês, Lúcia-lima, Mangerona, Orégãos, Salvia, Tomilho, Tomilho limão, Equinacea, Hortelã pimenta, Erva príncipe, Segurelha das montanhas e Valeriana.

ADICES

Revitalizar a Bella

A ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano viu aprovada em Julho último a candidatura apresentada à Medida AGRIS, Acção 7 - Valorização do Ambiente e do Património Rural, subacção 7.1 - Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural para a freguesia de Abela (concelho de Santiago do Cacém).

O Plano de Intervenção proposto contempla 18 projectos de várias entidades (Junta de Freguesia de Abela, Igreja Paroquial, associações e colectividades locais) e particulares (para a recuperação de habitações tradicionais), que devem estar concluídos até Dezembro de 2006, e ronda os 894.000,00 euros de investimento.

Melhorar as condições e a qualidade de vida da população local, criar uma nova dinâmica económica, social e cultural, tornar mais atractiva a freguesia, aproveitar os recursos naturais existentes, criar e dinamizar espaços de ocupação de tempos livres, com actividades culturais, pedagógicas e lúdicas para crianças, jovens e idosos, criar e aproveitar equipamentos desportivos, criar e melhorar os espaços públicos existentes (espaços verdes e de lazer), recuperar espaços habitacionais rurais, melhorar os acessos da Ribeira de Corona, implementar núcleo museológico que atraia visitantes e que preserve a identidade local, são os objectivos deste projecto.

ADL

1ª Oficina de Qualificação LEADER+

Nos meses de Maio e Junho realizou-se a primeira Oficina de Qualificação sobre "Controlo e Auditoria - Procedimentos de Controlo Interno", tema sugerido pela globalidade dos Grupos de Acção Local (GAL) durante os trabalhos de elaboração do Programa de Actividades da Rede Portuguesa LEADER+ para o ano de 2004, tema considerado essencial para a organização e bom funcionamento dos GAL e do programa LEADER+.

Esta Oficina foi organizada em colaboração com a Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, que assumiu a responsabilidade logística das sessões, e com a Inspeção Geral de Finanças (IGF) e Inspeção-Geral de Auditoria de Gestão (IGAG), do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, ao nível dos conteúdos e desenvolvimento da formação. O programa da Oficina de Qualificação foi proposto pelos técnicos da IGF e da IGAG, e os seus conteúdos respondiam aos objectivos específicos apresentados e que resultaram de um trabalho conjunto desenvolvido entre a Rede Portuguesa LEADER+ e a Federação Minha Terra. Os conteúdos do Programa concretizaram os seguintes objectivos específicos para as oficinas: conhecer as bases jurídicas dos procedimentos de controlo interno dos sistemas de gestão e controlo do QCA III; compreender as principais funções a desenvolver no âmbito dos sistemas de gestão controlo; obter os conhecimentos necessários à organização das evidências para instrução dos processos; analisar as regras de elegibilidade do co-financiamento comunitário; promover troca de experiências e conhecimentos entre os diferentes intervenientes. A Oficina de Qualificação foi dinamizada por técnicos do IGF e do

IGAG, com experiência em realização de auditorias, e cada sessão teve a duração de sete horas.

Foram realizadas sete sessões da Oficina de Qualificação, seis sessões no Continente - Santa Comba Dão, Santarém, Guimarães, Mirandela, Covilhã, Arraiolos - e uma no Faial, para técnicos dos GAL da Região Autónoma dos Açores. Os técnicos dos GAL da Região Autónoma da Madeira participaram na sessão realizada em Santarém.

As sessões foram bastante participadas, tendo sido necessário limitar o número de inscrições para possibilitar o desenvolvimento de uma metodologia participativa. No conjunto das sete sessões estiveram presentes 142 técnicos, sendo 120 participantes de 51 GAL, e os restantes das equipas de apoio técnico de acompanhamento do Programa LEADER+, a nível regional e central - das Direcções Regionais de Agricultura do MADRP e do IDRHa.

Em todas as sessões os debates foram animados e a avaliação final dos participantes foi em geral muito positiva. Dada a importância deste tema, e também pela extensão do programa e das dúvidas suscitadas, a maioria dos participantes e os formadores apontaram a necessidade de se organizar mais uma Oficina sobre este tema, mas com uma forte vertente prática. A sua estrutura de funcionamento deverá permitir o aprofundamento de alguns dos pontos considerados fundamentais pelos participantes, através da apresentação e discussão de casos práticos, se possível simulando uma situação de auditoria. A Rede Portuguesa LEADER+ prevê a organização desta Oficina durante o último trimestre este ano.

Maria do Rosário Serafim
IDRHa

Rendas dos Açores em livro

As avós fiavam e teciam
Vestiam, com grossas camisas de lã,
Pastores, lavradores e pescadores.
As filhas adestravam os dedos
Com finíssimas linhas e pontos delicados.
Fizeram das rendas um ganha-pão.
As netas usufruíram e frequentaram as escolas.
Hoje, algumas são as divulgadoras desta arte
Que dá fama e prestígio às ilhas.

No âmbito do projecto de cooperação "Valorização das Rendas do Pico e Faial", a ADELIAÇOR - Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores, em parceria com o CRAA - Centro Regional de Apoio ao Artesanato e a Associação "O Alvião", promoveram no passado dia 24 de Agosto, o lançamento do livro "Rendas dos Açores - Ilhas do Pico e Faial".

Contando com a presença de representantes das entidades parceiras do projecto, o evento prolongou-se noite dentro com a sessão de

autógrafos pelas co-autoras do livro e a oferta do mesmo a todos os presentes.

A obra agora editada pretende divulgar a origem da produção artesanal de rendas artísticas nas ilhas do Pico e Faial, que remonta à primeira metade do século XX (décadas de 30 e 40), bem

como relatar histórias de vida das rendeiras da freguesia de São Mateus do Pico que impulsionaram o comércio desta forma de artesanato.

A ADELIAÇOR está certa que o trabalho publicado vem dignificar a Mulher e as rendas do Pico e Faial, pelo seu contributo no contexto da sociedade local.

ADELIAÇOR



ADELIAÇOR



Rendas dos Açores - Ilhas do Pico e do Faial
Teresa Perdigão, Norberta Amorim e Alberto Correia; ADELIAÇOR, CRAA, O ALVIÃO, 2004

Além dos textos, de autoria de Teresa Perdigão, Norberta Amorim e Alberto Correia, esta publicação apresenta o espólio fotográfico de Isabel Peixinho (antiga comerciante de rendas do Faial), testemunhando a diversidade e beleza das rendas das ilhas do Pico e do Faial.

Resultado da pesquisa efectuada na freguesia de São Mateus do Pico junto das actuais rendeiras (filhas e netas das pioneiras desta arte) este livro permitiu a reconstituição de histórias de vida daquelas mulheres... picarotas e faialenses que, impelidas pela necessidade e fazendo uso da matéria-prima disponível e de aguçada técnica, foram pioneiras na produção de lindos trabalhos em renda, cuja venda seria garantia dos sustento dos seus lares.

Primeiro Seminário do Observatório Europeu LEADER+

25 de Outubro

No dia 25 de Outubro, em Bruxelas, a Comissão Europeia será palco do primeiro seminário da responsabilidade do Observatório Europeu dos Territórios Rurais, subordinado ao tema da "Qualidade de vida nas zonas rurais: experiências e cooperação". A sessão de abertura será presidida por Franz Fischler, comissário europeu para a Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Esperam-se cerca

de 400 participantes, entre representantes das instituições europeias, das autoridades nacionais e regionais, assim como de grupos de acção local, que serão convidados a debater e trocar experiências sobre a questão central da qualidade de vida. As conclusões do seminário servirão para constituir os primeiros elementos para a avaliação do tema em questão.

2ª Oficina de Cooperação LEADER+

10 a 12 de Novembro

Para dar continuidade ao trabalho iniciado em Tomar (1ª Oficina de Cooperação LEADER+), vai realizar-se nos próximos dias 10, 11 e 12 de Novembro, em Melgaço, a 2ª Oficina de Cooperação LEADER+ sob o tema "Ampliar os territórios LEADER+". Esta oficina tem como objectivos consolidar os projectos de cooperação transnacional já existentes, bem como proporcionar contactos e informações aos GAL (Grupos de Acção Local) acerca

de novas oportunidades de cooperação transnacional. Esta oficina será organizada em cooperação com a Adriminho - Assinação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho, entidade anfitriã deste evento. A inscrição deve ser feita junto da Rede Portuguesa LEADER+ ou através do site www.leader.pt.

IDRHa

Cores e Sabores do Mundo Rural

25 a 28 de Novembro

A 2ª edição do "Cores e Sabores" - Mercado de Produtos Tradicionais de Qualidade realiza-se em Portalegre de 25 a 28 de Novembro. À semelhança da edição anterior, este evento pretende valorizar um espaço que foi sendo progressivamente abandonado (o Mercado Municipal de Portalegre), os produtos e os modos de produção antigos, demonstrando que é possível encontrar nos produtos de hoje, com todas as questões de higiene e segurança observadas, os sabores de ontem, tão característicos dos produtos tradicionais, e alargar a área de promoção e conservação aos valores tradicionais que demonstrem algum interesse histórico e cultural.

Este ano, vocacionado para a projecção internacional, o "Cores e Sabores", será o ponto de encontro de produtores nacionais, de Espanha, França, Noruega, Polónia e Brasil. Haverá também muita animação, palestras, degustações...

Promovido pela Câmara Municipal de Portalegre, os Agrupamentos de Produtores Natur-al-Carnes, S.A. e APAFNA, S.A. e a Região de Turismo do Norte Alentejano, este evento visa afirmar Portalegre como capital dos produtos protegidos, potenciando o desenvolvimento local e aliando a conservação da beleza própria do Mercado de Portalegre à promoção dos produtos e à preocupação com os interesses sócio-económicos da população.

ADER-AL

MANIFesta Trancoso 2005

25 a 29 de Maio 2005

A vila de Trancoso - "Aldeia Histórica" - recebe nos dias 25, 26, 27, 28 e 29 de Maio 2005 a VI Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local: MANIFesta Trancoso 2005.

A Raia Histórica - Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira, na qualidade de entidade promotora local, e a ANIMAR convidam desde já todas as Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local (OIDL's) do país a participar na construção desta MANIFesta que se realiza pela primeira vez na Beira Interior. O modelo definido para Trancoso inspira-se nas edições anteriores, tendo como prioridade imediata a selecção de 16 candidatos para a acção de formação de dinamizadores regionais. O objectivo desta

acção consiste em criar uma equipa de agentes de desenvolvimento que, integrados nas associações de desenvolvimento local de diversos pontos do território nacional, venha a assumir um papel de catalizadores de iniciativas locais no sentido de gerar um verdadeiro movimento nacional na construção da MANIFesta Trancoso 2005. A sua missão visa mobilizar o maior número de OIDL's da sua área de intervenção, fomentar a reflexão, o debate de ideias, mobilizar projectos, artesãos, artistas...

Pretende-se acima de tudo criar uma equipa coesa, capaz de conduzir os desígnios de um processo amplo e participado.

Raia Histórica



Actualidad LEADER - revista da Célula de Promoción y Animación del Desarrollo Rural (Espanha) Dirección General de Desarrollo Rural. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, n.º 24, Junho 2004

"Meio ambiente e desenvolvimento rural" é o tema de capa deste número da *Actualidad LEADER*. Além de uma matéria sobre a aplicação da Agenda 21 nos territórios rurais, onde se salienta o contributo dos Programas LEADER+ e PRODER 2 e é apresentado o Parque Natural de Somiedo (Astúrias) como um exemplo de desenvolvimento sustentável, este número abre com uma entrevista à ministra da Agricultura, Pesca e Alimentação. O desenvolvimento sustentável ("o desafio para as zonas rurais do século XXI"), a sustentabilidade ambiental das zonas rurais e a agricultura biológica (como "contributo para a sustentabilidade do desenvolvimento rural") são outros temas abordados nesta revista, também disponível na Internet em <http://redrural.mapya.es>



Desertificação em Portugal: Incidência no Ordenamento do Território e no Desenvolvimento Urbano
Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), 2004

Apresentada em dois volumes, esta publicação resulta de um estudo elaborado pelo Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura do Instituto Superior Técnico (IST), em 2000, coordenado por Francisco Nunes Correia (responsável pelo Núcleo de Ambiente e Recursos Hídricos do Centro de Estudos de Hidrossistemas - CEHIDRO/IST), no âmbito de um protocolo assinado pela DGOTDU e pelo IST.

O Volume 1 é especialmente dedicado à caracterização biofísica e sócio-económica dos processos de desertificação, à definição de zonas razoavelmente homogêneas relativamente à ocorrência desses processos e à incidência dos instrumentos de ordenamento territorial e desenvolvimento regional na problemática da desertificação. O Volume 2 coloca o ênfase na análise do papel que os agentes sociais e económicos podem desempenhar na superação ou mitigação dos problemas de desertificação e apresenta um conjunto de recomendações relativas ao planeamento territorial, à conservação do solo e da água e aos processos de desenvolvimento regional e urbano.



Região Autónoma da Madeira - Desenvolvimento Regional, Emprego e Formação - Diagnóstico, Avaliação e Prospectiva (1993-2003)
Neves, António Oliveira das; 2004

Economista, investigador do IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos, António Oliveira das Neves acompanhou de 1993 e 2003 a evolução da autonomia económica e social da Região Autónoma da Madeira. Esta publicação, resultado do conjunto de estudos desenvolvidos em vários domínios ao longo desses dez anos, está dividida em quatro áreas - Emprego e Formação, Avaliação de Políticas Públicas, Planeamento Regional e Estudos Sectoriais. Uma publicação certamente útil para estudantes, docentes, investigadores, consultores, técnicos, historiadores e políticos, como se pode ler no Prefácio.



O Homem que plantava árvores
Giono, Jean; Vicentina, 1998

Com o apoio do LEADER II/VICENTINA

Contribuir para que se viesse a gostar mais de árvores, ou melhor, nas suas próprias palavras, "que se viesse a gostar mais de plantar árvores", foi o que levou Jean Giono a escrever, em 1953, "O Homem que plantava árvores". Uma curta mas belíssima obra que conta a história verdadeira de Elzéard Bouffier, um pastor francês que plantou, sem ajuda, uma floresta numa região desertificada no sul de França, no início do século XX.

"Se este conto despertar nos leitores a vontade de plantar árvores teremos todos o nosso objectivo cumprido", escreveu a Vicentina no "prefácio" desta "pérola literária" que em boa hora decidiu editar no nosso país.

Uma mensagem "ecológica" que a companhia *Teatro ao Largo* procura igualmente passar cada vez que leva ao palco "O Homem que plantava árvores".



www.casasbrancas.pt

Criada em 2002, a Casas Brancas - Associação de Turismo de Qualidade do Litoral Alentejano e Costa Vicentina consiste numa rede de casas de alojamento situadas sobretudo no Litoral Alentejano mas também na Costa Vicentina e Serra de Monchique. No sítio web da associação podemos conhecer a história das Casas Brancas e, naturalmente, as casas que integram esta rede (actualmente 14). Para "entrar" em cada uma, basta um clique ou dois, se a casa seleccionada tiver sítio web próprio. Através do *link* "disponibilidade" é possível ter uma ideia dos níveis de ocupação de cada uma destas casas, unidas num ponto fundamental: o prazer de bem receber. Elevados padrões de qualidade, um ambiente acolhedor são as garantias dadas à partida, consubstanciadas numa Carta de Qualidade pela qual se regem as Casas Brancas.



www.geota.pt

Associação de defesa do ambiente, de âmbito nacional e sem fins lucrativos, o Geota - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente dá a conhecer logo na página de abertura do seu sítio web o calendário de actividades assim como as posições relativamente a algumas questões actuais, sobretudo no âmbito ambiental. Na mesma página, *links* alinhados à esquerda permitem conhecer o Geota, projectos e actividades, aceder *on line* a estudos e publicações várias (como o boletim informativo da associação *Geotálupa*) e, ainda, a participar infracções ambientais ou urbanísticas, bastando para isso preencher *on line* uma ficha de denúncia.



www.polis.mcota.gov.pt

Conhecer detalhadamente o Programa Polis é o convite apresentado na página de abertura deste sítio. Da justificação e antecedentes, componentes e linhas e intervenção, acesso, selecção e tipologia de projectos aos instrumentos para a execução do programa, conclusões e recomendações e referências bibliográficas está lá tudo... Basta entrar no índice e seleccionar a informação pretendida. A partir da página de abertura deste sítio é possível ainda "visitar" as "18 cidades que vão entrar no futuro". Clicando no nome de cada uma, acede-se ao respectivo Programa Polis, informativa e fotograficamente muito bem "arranjados".

Batata-doce de Aljezur

Cultura de excelência

De um sabor muito especial e significativa importância para a economia local, a batata-doce de Aljezur tem grande aceitação no mercado e é a preferida pelos consumidores. Com a 7ª edição do Festival da batata-doce à porta, fomos procurar saber o que faz da batata-doce de Aljezur um produto diferente.



Paula Matos dos Santos

Originária da América do Sul, a batata-doce há muito faz parte dos hábitos alimentares das gentes de Aljezur. Reza a lenda que o vigor na invasão e a rapidez da tomada do castelo de Aljezur aos mouros, em 1249, se deveram a uma poção elaborada a partir da batata-doce; nada mais, nada menos que a famosa feijoada de batata-doce de Aljezur.

Pelo seu aspecto e pelo facto de também se desenvolver debaixo da terra, a batata-doce assemelha-se ao tubérculo da batata comum ainda que, do ponto de vista botânico, sejam distintas; a batata-doce é a raiz tuberosa da *Ipomoea batatas* L., família *Convolvulaceae*.

Muitas são as variedades de batata-doce, com diferentes formas e tamanho, cor de pele e polpa... A batata-doce de Aljezur - piriforme, alongada, de cor arroxeadada e com polpa amarela - é tradicionalmente consumida cozida, assada com casca no forno ou frita, como acompanhamento ou sobremesa. A "Feijoada de batata-doce" e os pastéis de batata-doce são talvez as especialidades mais famosas.

Existindo uma forte tradição da batata-doce em Aljezur, a sua cultura tem representado a viabilização económica de grande parte das explorações do concelho - onde o sector primário ocupa a maior parte da população activa (41 por cento).

Actualmente, a cultura da batata-doce ocupa cerca de 4, 13 por cento de Superfície Agrícola Utilizada (Recenseamento Geral da Agricultura 1999) do concelho de Aljezur, isto é, 220 hectares. Se a estes 220 hectares somarmos mais 200 das freguesias litorais do concelho de Odemira, podemos falar claramente da maior e mais importante região produtora de batata-doce de Portugal continental - com cerca de 8 400 toneladas de produção anual. A nível nacional, a Madeira é, de longe, a região com maior área de cultura (1 211 hectares) e produção (23 128 toneladas/ano).

Os solos de textura arenosa e camada superficial pouco espessa e com subsolo compacto das várzeas de Aljezur e da charneca do Rogil,

aliados ao clima mediterrânico de influência marítima, asseguram o alimento fundamental ao crescimento da batata-doce por estas paragens. São estas condições - as terras, o sol, as águas e o ar não poluído - que fazem da batata-doce de Aljezur um produto de sabor diferente quando comparado com o de outras regiões.

Organizar para divulgar e certificar

Em 1998, identificada que estava a importância deste produto ao nível da economia local, surge a Associação de Produtores de batata-doce de Aljezur. Objectivo: estabelecer regras de produção, visando garantir ao consumidor um produto de qualidade e ao agricultor um aumento de rendimento.

Segundo o presidente daquela associação e produtor de batata-doce, Rogério Rosa, importava "criar uma mola que fizesse disparar a economia do território". Organizar os produtores para, seguidamente, divulgar e certificar a batata-doce de Aljezur foram as prioridades definidas à partida. "Um longo caminho a percorrer", diz, porque, "não havia nenhum estudo científico que distinguisse a batata-doce de Aljezur das outras variedades de batata-doce". Por isso, conta Rogério Rosa, "tivemos cá 12 variedades de batata-doce de vários países e dos arquipélagos da Madeira e dos Açores; fizeram-se ensaios de campo, de propagação (a multiplicação faz-se através da parte aérea da planta - a rama), adubação, de compasso e de conservação". Os resultados foram surpreendentes: o método tradicional revelou-se o mais produtivo a todos os níveis. Estes estudos, desenvolvidos no âmbito do programa INTERREG II, com a colaboração da Câmara Municipal de Aljezur, do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, da Direcção Regional de Agricultura do Algarve e da Universidade do Algarve, não só permitiram fazer a caracterização da varie-

dade batata-doce de Aljezur como também proceder à elaboração do caderno de especificações necessário para avançar com a candidatura da associação a agrupamento de produtores gestor da Indicação Geográfica Protegida (IGP) da batata-doce de Aljezur.

Três anos depois do pedido de protecção ter sido solicitado, prevê-se para breve a inclusão da batata-doce de Aljezur no "Guia dos Produtos de Qualidade" uma vez que, segundo Rogério Rosa, a proposta foi aceite a nível nacional, faltando agora o parecer da Comissão Europeia. Enquanto não chega o selo (IGP) que vai garantir ao consumidor a genuinidade da batata-doce de Aljezur - esperando nessa altura a associação de produtores entrar no mercado em força - prepara-se mais um Festival da batata-doce e dos perceves, em Aljezur.

Um iniciativa lançada pela Associação de Produtores de batata-doce de Aljezur, juntamente com a Câmara Municipal de Aljezur e com a colaboração da Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste e do Parque natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, logo em 1998, e que tem vindo a transformar-se, de ano para ano, num cartaz vivo de promoção da região.

O Festival da batata-doce e dos perceves realiza-se todos os anos entre Outubro e Novembro - dependendo da melhor altura para apresentar estes dois *ex-libris* locais juntos - demonstrando a forte ligação da população deste concelho à terra e ao mar.

A edição deste ano - a 7ª - decorre entre 15 e 17 de Outubro e, à semelhança dos anos anteriores, prevêem-se longas filas para provar todas as iguarias confeccionadas a partir da batata-doce de Aljezur. A não perder.

Paula Matos dos Santos

Associação de Produtores de Batata-doce de Aljezur
Largo 1º de Maio, n.º 3
Rogil
8670 Aljezur

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 22 | Setembro 2004

Propriedade

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção

INDE
Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3º
1700-213 Lisboa
Tel.: 21 8435870
Fax: 21 8435871
E-mail: pl@inde.pt

Mensário

Directora

Cristina Cavaco

Conselho Editorial

Carlos Mattamouros Resende/IDRHa, Cristina Cavaco/INDE, Francisco Botelho/INDE, Luís Chaves/Minha Terra, Maria do Rosário Serafim/IDRHa, Paula Matos dos Santos/INDE, Rui Veríssimo Batista/IDRHa

Redacção

Paula Matos dos Santos (Chefe de Redacção), Francisco Botelho, João Limão, Maria do Rosário Aranha

Colaboraram neste número

ADAE, Adelição, ADER AL, ADICES, ADL, AD RAT, AD RIL, António Covas (Universidade do Algarve), António M. Machado (ADRAT), Aura Fraga (Vicentina), C.M. Aljezur, David Catarino (C.M. Ourém), Maria do Rosário Serafim (IDRHa), Raia Histórica, Samuel Thirion (INDE), Vicentina

Paginação

Diogo Lencastre (INDE), Marta Gafanha (INDE)

Impressão

Diário do Minho
Rua de Santa Margarida, n.º 4
4710-306 Braga

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

nº 142 507/99

Registo ICS

nº 123 607

